

ENCONTROS
DA JUNQUEIRA

INOVAÇÃO E PRODUTIVIDADE

1.ª SESSÃO - 4 DE JULHO 12



ASSOCIAÇÃO INDUSTRIAL PORTUGUESA
CIC - CÂMARA DE COMÉRCIO E INDÚSTRIA

174 175 176
ANOS

SESSÃO INOVAÇÃO E PRODUTIVIDADE

4 DE JULHO 12

AIP-CCI, SALA DOS PRESIDENTES
LISBOA

ENCONTROS
DA JUNQUEIRA

PARTICIPANTES

LUIS CABRAL (ORADOR), NEW YORK UNIVERSITY

ALEXANDRE SOLLEIRO, HOTÉIS TIVOLI
ÁLVARO PINTO CORREIA, FUNDAÇÃO CIDADE DE LISBOA
ANDRADE TAVARES, RENOVA
ANTÓNIO CÂMARA, YDREAMS
ANTÓNIO COSTA, DIÁRIO ECONÓMICO
ANTÓNIO PIRES DE LIMA, UNICER
ANTÓNIO TRIGUEIROS ARAGÃO, NERCAB
CASTRO GUERRA, CIMPOR
FÁTIMA BARROS, ANACOM
FERNANDO ULRICH, BPI
FERREIRA MACHADO, UNIVERSIDADE NOVA DE LISBOA
GOMES DA COSTA, COSEC
HENRIQUE NETO, EMPRESÁRIO
JOÃO DOTTI, FISIPE
JOÃO DUQUE, ISEG
JOÃO NEVES, BIAL
JORGE ARMINDO, AMORIM TURISMO
JORGE BRAGA MACEDO, ECONOMISTA
JORGE TOMÉ, BANIF
JOSÉ EDUARDO CARVALHO, AIP
JOSÉ EPIFÂNIO DA FRANCA, PME INVESTIMENTOS
JOSÉ MANUEL FERNANDES, FREZITE
JOSÉ PAULO ESPERANÇA, ISCTE
MANUEL TEIXEIRA, ANJE
MIGUEL BELEZA, ECONOMISTA
MIRA AMARAL, BIC
MORAIS LEITÃO, ONI SGPS
NICOLAU SANTOS, EXPRESSO
NUNO AMADO, MILLÉNium
SÉRVULO RODRIGUES, BES VENTURE
VEIGA SIMÃO, AIP
VITOR NETO, NERA

VASCONCELLOS E SÁ, CONSULTOR DO PROJETO
NELSON DE SOUZA, FILOMENA PIRES, HÉLDER MARTINS, EQUIPA AIP

APRESENTAÇÃO

JOSÉ EDUARDO CARVALHO

Boa tarde. Em nome dos órgãos sociais da Associação Industrial Portuguesa, agradeço a presença de todos e o facto de terem aceite este convite para participar nesta sessão.

A Associação Industrial Portuguesa tem 175 anos e ao longo da sua vida e da sua atividade sempre privilegiou a reflexão e a produção de conhecimentos sobre a economia portuguesa e a envolvente empresarial. No último ano, desfocou a sua intervenção na elaboração de trabalhos sobre estratégias e modelos de desenvolvimento, que foi um trabalho que fez de forma aprofundada nos últimos anos, para concentrar mais os seus recursos e as suas disponibilidades na elaboração de um trabalho técnico, que tivesse mais a ver com as necessidades dos seus associados.

Dou alguns exemplos do que temos vindo a fazer mais recentemente: fundamentamos tecnicamente a proposta de moratória nas Linhas de Crédito PME Investe que foi implementada pelo Governo, permitindo um prazo mais alargado de reembolso; trabalhamos na elaboração do diploma sobre os processos de licenciamento de empresas e de avaliação de impacto ambiental e estamos, neste momento, a trabalhar num outro sobre a alteração do solo; elaboramos uma fundamentação técnica das propostas de criação de instrumentos de recapitalização das empresas, nomeadamente, de obrigações participantes e do fundo de emissão de ações preferenciais remíveis; preparamos e apresentamos de propostas de solução para o financiamento das empresas, tendo sido aprovada a que se refere ao fundo de liquidação das dívidas das autarquias às empresas.

Além da proposta destas medidas, temos em execução alguns estudos sobre questões concretas da competitividade da economia portuguesa. Estamos a trabalhar com uma universidade portuguesa, na elaboração de um estudo empírico sobre o ajustamento da economia portuguesa face aos desequilíbrios externos, nomeadamente, avaliando os efeitos da competitividade da economia portuguesa da desvalorização interna, isto é, da descida dos salários nominais provocada pelo aumento do desemprego e num cenário de decréscimo de 20% dos salários ou dos custos nominais de trabalho.

Partimos do princípio de que só há duas formas de fazer crescer o país - ou com dívida ou com redução de custos. E, portanto, achamos que é necessário

suportar este debate na sociedade portuguesa com estudos técnicos que possam fundamentar essa intervenção. Estamos, também com uma universidade portuguesa, a iniciar a construção de um modelo, que vai avaliar e quantificar o custo orçamental dos programas e das propostas eleitorais dos partidos políticos. O nosso plano de execução destes trabalhos é de três anos.

Relativamente aos Encontros da Junqueira, o nosso objetivo é criar um espaço de reflexão e de propostas para a deteção de possíveis soluções que possam melhorar a competitividade das empresas portuguesas. O modelo baseia-se na constituição de um núcleo de referência deste espaço de reflexão formado por personalidades, limitado à iniciativa civil e privada, tentando fortalecer a relação entre o sector académico e sector empresarial. Com este objetivo, iremos realizar três sessões que serão animadas por académicos portugueses de notoriedade internacional.

Os discursos que neste momento existem na sociedade portuguesa sobre a economia portuguesa concentram-se em excesso na abordagem das políticas macroeconómicas. Gostaríamos de privilegiar a intervenção dos fatores microeconómicos, nomeadamente, o funcionamento e organização dos mercados (incluindo o laboral) e a produtividade, inovação, internacionalização, financiamento, etc. Era este o tipo de abordagem que gostaríamos de ter nestas sessões.

Alguns aspetos operacionais da sessão de hoje - a sessão irá decorrer à porta fechada, as intervenções serão gravadas para posterior recolha de contributos que serão validados pelos próprios. O Prof. Vasconcelos e Sá que tem trabalhado connosco na conceção, na montagem e execução deste evento, elaborará o documento final da sessão. Podem ser enviados posteriormente para a AIP comentários por escrito. Vão ser editados depois de validados como há pouco disse, não só a intervenção do Prof. Luis Cabral como os contributos e as conclusões do estudo. A sessão durará duas horas, trinta minutos com o Prof. Luis Cabral, seguindo-se um período de debate de setenta minutos com intervenção individual dos participantes.

INTERVENÇÃO *"KEYNOTE SPEAKER"*

LUIS CABRAL

Antes de mais, muito obrigado pelo convite e pela oportunidade para participar neste encontro que promete bastante.

Inicialmente tinha-me sido sugerido falar sobre produtividade e inovação. Mais tarde, foi-me pedido para enquadrar esse tópico no contexto mais vasto do crescimento económico. É o que tentarei fazer hoje, não de uma forma sistemática, mas falando de três ou quatro pontos que espero sejam suficientemente provocatórios para começar um debate – é muito difícil em trinta minutos abordar todos os temas relacionados com o crescimento económico.

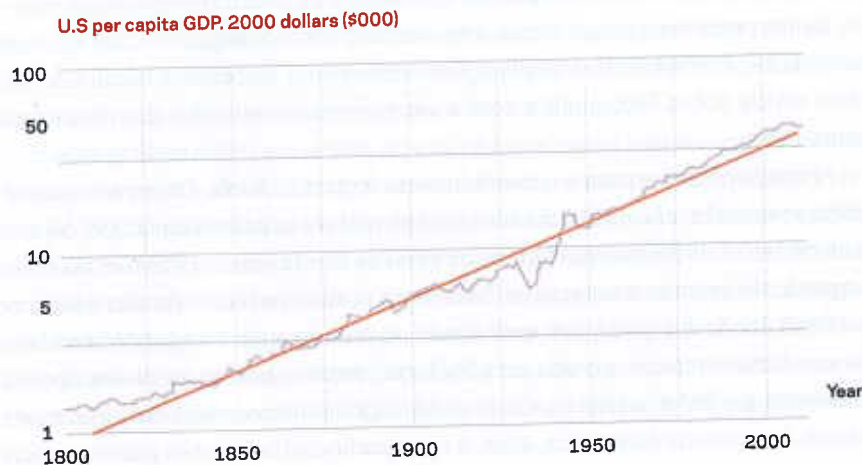
Para começar, gostaria de falar da crise do Euro. Falar do que toda a gente fala. Todas as entrevistas que dei nas últimas duas horas começaram justamente com a crise do Euro. Ora não existe uma crise do Euro, em sentido restrito. Quando falamos de uma crise de moeda – e há aqui pessoas que sabem mais disso que eu – falamos do que aconteceu no México, ou na Ásia, ou na Rússia ou na Argentina. Falamos de quando há corridas contra uma moeda, quando há grandes desvalorizações, quando há pessoas que tentam fugir de uma moeda para outra. No entanto, o Euro mantém-se uma moeda forte. É a 2ª moeda mais usada em transações Internacionais. Tem um valor que é relativamente estável. Não creio, por isso, que exista propriamente uma crise do Euro.

Existem várias crises em Portugal. Começo por referir uma crise de governação das organizações europeias, que não é um problema só de Portugal. Existe, claro está, uma crise de dívida pública. E existe uma crise de desemprego, existe uma crise de moral, existe uma crise de valores. Existe uma crise de crescimento na economia portuguesa. Existem muitas crises, mas não uma crise do Euro. Esta distinção é importante porque o Euro não só não é causa da crise que atravessamos, como sair do Euro também não é solução para a crise que atravessamos.

Das crises que atravessamos, gostaria de falar da crise de crescimento. De uma economia que não tem crescido, que não cresce desde há uma década, e que ao que parece não começará crescendo assim tão cedo.

Como dizia Keynes, a longo prazo todos estaremos mortos. Talvez todos os que estejamos aqui nesta sala estejamos mortos, mas as próximas gerações não estarão. Temos de ter uma perspetiva verdadeiramente de longo prazo.

U.S PER CAPITA INCOME, 1800-2010



Olhemos, por exemplo, para os últimos 200 anos nos Estados Unidos. O que é mais impressionante quando uma pessoa olha para um gráfico deste tipo – o mais surpreendente não são as flutuações da economia, mas sim o extraordinário crescimento de longo prazo que uma economia (neste caso a economia americana) consegue evidenciar, mantendo uma taxa média de crescimento de **2% ao longo de dois séculos. Dois por cento de crescimento ano a ano, ao fim de duzentos anos, representa muito.** Tudo isto para dizer que o crescimento de longo prazo é, em última análise, a coisa mais importante para uma economia, quer queiramos, quer não. Não estou minimizando os efeitos da crise atual mas apenas apontando para uma perspetiva um pouco mais vasta.

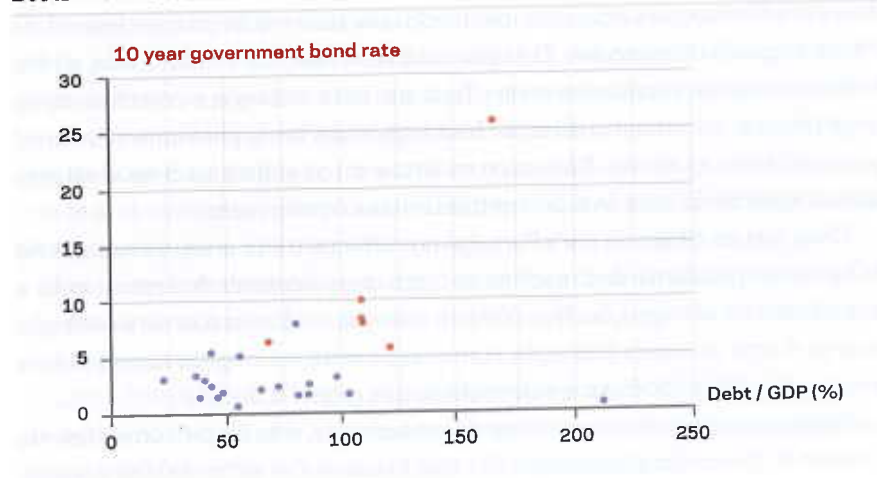
Claro que se olharmos para Portugal nos últimos trinta anos, vemos que há de facto um problema de crescimento, com duas décadas de crescimento e uma década de estagnação. E portanto a questão está em saber se a evolução recente é uma pequena flutuação num crescimento de longo prazo ou indicia uma queda estrutural. Essa é a questão de que gostaria de falar.

Repito: o que temos é uma crise de crescimento, não é tanto uma crise do Euro em si. Como dizia há pouco o Dr. José Eduardo Carvalho, é difícil crescer,

é difícil crescer sem crédito, é difícil obter crédito, pelo menos crédito em boas condições. Assim, e antes de passar aos meus três pontos principais, gostaria de tentar perceber porque é que, hoje em dia, não conseguimos crédito mais facilmente. Encontro duas explicações: uma tem a ver com o numerador do rácio dívida sobre PIB, a outra tem a ver com o denominador do rácio dívida sobre PIB.

Primeiro olhemos para o numerador, isto é, para a dívida. Os pontos assinalados a vermelho são os PIGS e os a azul os restantes países da OCDE. Vemos que, de facto, os países que têm maior nível de dívida sobre o PIB têm ou estão pagando taxas de juro superiores. Mas como podem verificar isto não é sempre assim: o Japão é o país mais endividado do mundo e está pagando uma taxa de juro baixíssima comparada com Portugal; mesmo países europeus como a Alemanha e a Bélgica têm níveis de dívida significativos, mas com juros muito baixos. No caso da Alemanha, aliás, a transparência das contas públicas deixa muito a desejar já que se fizéssemos a consolidação do sector público produtivo na Alemanha, o valor do rácio dívida/PIB da Alemanha seria provavelmente até superior ao de Portugal.

DÍVIDA PÚBLICA: NÍVEL E TAXA DE JURO

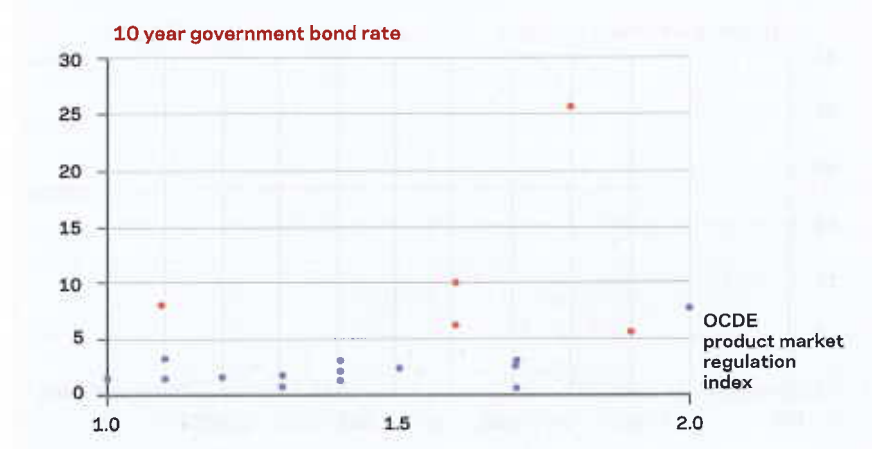


Concluimos assim que a explicação não está só no numerador do rácio de dívida sobre PIB. Tem a ver, provavelmente, também com o denominador – a percepção que as pessoas têm de que a economia portuguesa não tem atualmente grande capacidade de crescimento, passando-se o mesmo com a Grécia e possivelmente, de alguma forma, para a Itália e Espanha.

E este gráfico mostra que sim, que de alguma forma isso é verdade. Continuo com os países da OCDE, com os vermelhos que são os PIGS. Agora tenho no eixo horizontal o índice de regulação de mercados de produto produzido pela OCDE. As economias com maior grau de regulamentação são economias com valor superior deste índice. E embora se tenha de excluir desta caracterização a Irlanda – que, digamos assim, neste sentido não faz parte dos PIGS – o facto é que a Grécia, Itália, Portugal e Espanha, são economias relativamente mais reguladas que o resto da OCDE e com maiores taxas de juro da sua dívida pública.

E finalmente temos um terceiro factor, um factor de que não se tem falado muito mas que na minha opinião é muito importante. Por que é que as pessoas sentem que a economia portuguesa e a economia grega não mostram,

REGULAÇÃO E TAXA DE JURO DA DÍVIDA

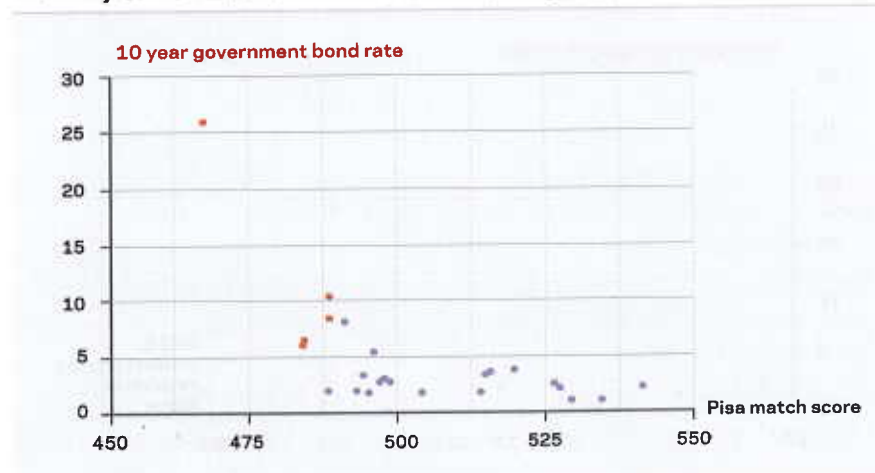


pelo menos de momento, uma capacidade de crescimento de longo prazo? Esta é a melhor resposta que posso dar: nível de educação, nível de escolaridade.

Temos agora no eixo horizontal os resultados do teste de Matemática do PISA. Por que é que utilizo a Matemática? Por duas razões: primeiro porque a Matemática, não é que seja a coisa mais importante do mundo, mas como o meu colega e amigo Henrique Leitão diz "é o canário na mina", isto é, a primeira coisa que se nota quando falta o ar na mina é o canário que morre; a primeira coisa que se nota no sistema educativo que não funciona bem é o teste de Matemática. É um bom indicador. E utilizo os testes de Pisa porque são a pior medida, exceto todas as outras (parafraseando Churchill). Pelo menos é uma medida que relativamente uniforme comparado com outros indicadores de escolaridade e do processo educativo. E aqui a comparação é ainda mais drástica. Dos países que temos aqui (excluo o México, como outlier), os cinco PIGS são exatamente os países com os piores níveis de escolaridade da OCDE. Coincidência? Talvez, ou talvez não.

Resumindo esta introdução e voltando ao indicador Dívida/PIB: existem fatores que têm a ver com o numerador, o nível da dívida, mas na minha opinião

EDUCAÇÃO MATEMÁTICA E TAXA DE JURO DA DÍVIDA



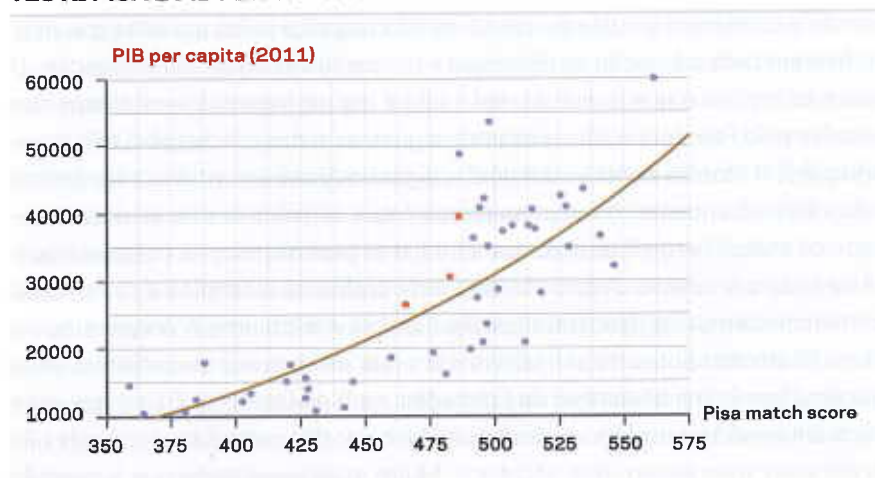
o problema tem principalmente a ver com o denominador – as expectativas dos mercados relativamente à capacidade de crescimento de uma economia. Quais são os fatores que afetam o crescimento? Como é que podemos tornar a economia portuguesa numa economia de crescimento? Poderíamos ficar aqui horas e horas, mas apenas tenho, neste momento, vinte minutos, pelo que farei de três ideias importantes: “Educação”, “Inovação, Qualidade de Gestão e Produtividade” e o “Estado” (o papel do Estado).

Educação

Continuo com testes PISA (que, repito, é um indicador que não sendo o ideal é um dos melhores que temos).

Há muitos anos que correlacionamos a riqueza de um país com o grau de prestação escolar das pessoas desse país. A correlação é positiva e significativa. O problema em Economia e em todas as ciências sociais é como distinguir correlação da causalidade. Isto pode ser puramente uma correlação, pode não corresponder a causalidade. Portugal está ali no meio junto do resto dos PIGS. Mais à frente estão os países avançados de que gostaríamos

TESTE PISA E PIB PER CAPITAL



de nos aproximar. Como dizia, a observação poderia, em princípio, ser apenas correlação. Temos hoje em dia informação suficiente para acreditar que não é apenas correlação, existindo de facto um efeito de causalidade significativo – e, aliás, intuitivo. A qualidade dos fatores produtivos e do capital humano têm muito a ver com o nível de educação das pessoas. A educação, embora não seja o único fator, explica uma fração muito importante da taxa de crescimento económico do país. Muitos estudos tentam distinguir entre correlação e causalidade; a resposta, resumindo anos e anos de estudo, é que em boa parte é causalidade.

Portanto a questão que se põe é: como melhorar a prestação escolar? Ao contrário do se diz em Portugal, não é verdade que o ensino – incluindo o ensino superior – já não valha nada (no sentido de ser um bom investimento). Posso dar referências de Pedro Portugal e de outros economistas que têm feito bons estudos sobre isso, que provam que, tanto de um ponto de vista privado como de um ponto de vista social, a educação continua sendo um investimento muito valioso.

Desde há décadas, talvez desde há um século, as políticas da educação em Portugal tiveram duas coisas em comum: uma é a paixão pela educação – não há político português que não tenha paixão pela educação, pelo menos eu não o conheci; e a outra é – com o devido respeito pelas pessoas que muito fizeram pela educação em Portugal – um certo vício pela centralização. O que isto implica é que o mundo real – isto é, os professores e os alunos das escolas pelo País fora – vão assistindo a guerras entre o “educuês”, o “contra-educuês”, o “contra-contra-educuês”, e agora o “contra-contra-contra-contra-educuês” – e entretanto o que se passa é que os professores se desmoralizam, os alunos perdem as boas maneiras, e os pais alienam-se completamente de todo o processo. A solução para este problema é simples e complicada ao mesmo tempo: a descentralização. Lembro-me de uma entrevista que o Nuno Crato deu antes de ser Ministro em que disse que o seu objetivo seria pôr uma bomba no Ministério da Educação, na 5 de Outubro. Eu sei que ele o dizia em sentido metafórico – o sentido da maior descentralização. Ainda não aconteceu, mas espero que aconteça. Muito mais importante que a questão

de público-privado, na minha opinião, é a questão de descentralizar, descentralizar. Por exemplo, todo o processo – nos Estados Unidos e noutros países – das chamadas as “charter-schools” (escolas públicas mas que partem da iniciativa privada de grupos de cidadãos) têm dado, na minha opinião, um resultado bastante razoável.

No caso do ensino superior, a situação em Portugal não é tão má como as pessoas dizem. O ensino superior em Portugal é razoavelmente bom. Há uma grande variedade: há coisas boas, há coisas más, mas é assim em todo lado. O que se está passando no ensino superior em Portugal é uma questão de ajustamento. Quando temos um crescimento tão rápido do ensino superior como vimos nos últimos 30 anos, em que o número de pessoas que entram na Universidade aumenta três ou quatro vezes, os problemas de ajustamento de expectativas são inevitáveis. Pessoas que pensam como nos anos 60 – que tirando um curso superior têm automaticamente um emprego de topo – vêem que isso agora não é assim. Por outro lado, temos o ajustamento gradual de reputações: quando aumentamos a dimensão do ensino superior, haverá necessariamente universidades boas e universidades más, e o processo de reputação demora algum tempo a ajustar. Finalmente, é inevitável que a qualidade média do ensino superior baixe quando se aumenta o número de alunos de 7% de população para 30% de população. Apesar do abaixamento da média, os melhores alunos e os melhores professores são hoje em dia provavelmente melhores do que há trinta anos. O motivo é simples: há muito mais. Trata-se de um problema de estatísticas de extremas: os três melhores de trinta são muito menos bons do que os três melhores de três mil. Alguém dizia outro dia: “como é que é possível dizer que o sistema educativo está mau quando há mais pessoas a publicar na “Science” e na “Nature” do que alguma vez na história da ciência portuguesa”? Mais uma vez: é uma questão de estatística. Concluindo, o ensino superior não me preocupa tanto como o ensino básico e o secundário. Esta afirmação é um pouco provocatória – de propósito, para dinamizar a discussão. Menos controversa é a conclusão de que quando se fala de políticas de crescimento é impossível não se falar sobre o problema da educação.

Inovação, Qualidade de Gestão, Produtividade

Em segundo lugar temos então a questão da Inovação, Qualidade de gestão, Produtividade – tudo questões relacionadas.

Falando como académico, há múltiplos estudos que mostram que empresas que inovam, quer no sentido de introduzir novos produtos, quer no sentido de introduzir novos processos de fabrico, quer no sentido de ter patentes, são empresas que aumentam a produtividade e as margens significativamente. Isto é uma relação causal, estudada, verificada. Aqui não é novidade nenhuma: a inovação aumenta a produtividade.

Segundo aspeto interessante, mais uma vez falando como académico – a exportação. Há uma correlação altíssima entre a produtividade e a propensão a exportar. As empresas que exportam são empresas com produtividade superior, e esta constatação aplica-se também a Portugal. A questão, mais uma vez, está em saber se se trata de correlação ou de causalidade. Poderia ser puramente correlação: há empresas que são melhores – mais produtivas – e que também têm maior facilidade em exportar; as duas estariam então correlacionadas, mesmo que não houvesse causalidade. No entanto, resumindo e concluindo vários anos de investigação de outras pessoas que não eu, podemos dizer que existe de facto causalidade. As empresas que exportam aprendem no processo. O processo dessa aprendizagem poderá variar bastante mas a ideia de ter empresas que exportam é importante não simplesmente porque ajudam a reequilibrar as contas com o exterior, mas também porque a exportação é uma parte muito importante do processo da melhoria da produtividade.

Antes de abordar, em terceiro lugar, na Qualidade de Gestão, deixem-me referir os efeitos na produtividade da composição sectorial. As diferenças de produtividade entre países são devidas numa pequena parte à composição sectorial. Por outras palavras, há empresas muito produtivas em todos os sectores e há empresas muito pouco produtivas em todos os sectores. Não é por apostar em alguns sectores mais do que noutros (que são mais produtivos ou menos produtivos) que aumentamos a produtividade de um país. Se falarmos em sectores definidos com um maior grau de desagregação, então aí sim podemos verificar que existem diferenças setoriais. Isto significa que temos de ter cautela

com afirmações demasiado genéricas, como "Para aumentar a produtividade é necessário sair da indústria têxtil". Não há evidência que justifique uma afirmação deste tipo. Pode ser necessário sair de um segmento da indústria têxtil para outro segmento de maior valor acrescentado, mas não é por investir num sector específico que a produtividade aumenta.

A parte da questão da produtividade que não é tão óbvia é a que falarei de seguida. Os estudos que tentam contabilizar o aumento de produtividade das empresas em cada sector e em cada país mostram que há grosso modo três fatores: um é a entrada e saída de empresas – empresas mais produtivas entram, empresas menos produtivas saem, subindo assim a produtividade média do sector; outra é a reafecção de recursos entre empresas do sector – empresas menos produtivas baixam quota de mercado, empresas mais produtivas sobem quota de mercado, o que, só por si, aumenta o nível médio de produtividade das empresas. Finalmente as próprias empresas, claro está, aumentam a sua própria produtividade.

Ora, o ponto fundamental que muitas vezes é esquecido em debates sobre a política económica é que os dois primeiros fatores são muito mais importantes que o terceiro. Portanto, por estranho que pareça, a melhor forma de aumentar a produtividade em Portugal ou em qualquer sector industrial não é tentar aumentar de uma forma generalizada a produtividade das empresas, mas sim reafectar os recursos entre empresas com maior produtividade e empresas com menos produtividade, através de entrada e saída do mercado e de variações de quota de mercado.

Eu gosto sempre de fazer a comparação com o futebol, por exemplo Real Madrid; Se o Mourinho passasse a jogar a ponta de lança, o Casillas fosse o treinador, e o Ronaldo o guarda-redes, isso teria um efeito na produtividade da equipa muitíssimo negativo, embora a qualidade dos recursos continuasse a mesma: a única coisa que fiz foi trocar posições. Portanto, a afetação de recursos é tão importante como a qualidade dos recursos. É um ponto simples mas que é frequentemente esquecido.

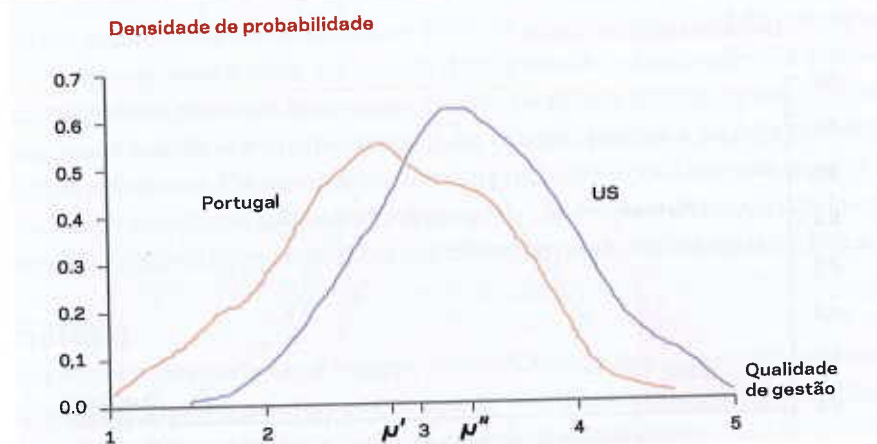
Dito de outra forma, isto tem a ver com aquilo que eu chamo a "Falacia da Média e da Variância". Há grandes diferenças de média entre Portugal e Estados Unidos, entre Portugal e a Europa. É verdade. Mas mais importante

que as diferenças da média entre Portugal e a Europa, são as diferenças entre empresas em Portugal, mesmo dentro de um determinado sector. Isto é verdade quando olhamos para níveis de produtividade. Isto é verdade quando olhamos para níveis de qualidade de gestão, e falarei um pouco mais adiante sobre isso. (Isto é verdade também quando olhamos para a prestação estudantil: o nosso nível médio de PISA é muito inferior – digamos, por exemplo, relativamente à Alemanha – mas os nossos melhores alunos são tão bons como os melhores alunos alemães. Portanto, não podemos esquecer esta questão da variância. A variância é tão importante como a média.)

Retorno ao tema Qualidade de Gestão, concretamente à questão da importância da variância. Se conhecem a série da BBC "Fawltly Towers" espero que compreendam a minha frase que "Há gestores mais iguais do que outros". Isto verifica-se muito em Portugal. Há uma série de estudos recentes que têm dado muito que falar em Economia e que, na minha opinião e na opinião de muitas pessoas, são digamos assim o "standard" de referência de estudos sobre qualidade de gestão. Estes estudos foram iniciados por dois jovens economistas, que têm sido muito amáveis em partilhar dados comigo, e que, com a ajuda de McKinsey, fizeram, ao longo dos últimos cinco anos, entrevistas muito detalhadas e tão objetivas quanto possível sobre a qualidade de gestão de empresas em cerca de vinte e tal países, incluindo Portugal, em todos os sectores, com amostras de centenas de empresas num total de vários milhares de empresas. Tipicamente fizeram-se em cada empresa entrevistas duplas ou triplas – independentemente, para tentar aferir a qualidade das respostas. São entrevistas que demoram várias horas, com uma taxa de participação muito grande, porque eles tentam conseguir (com o poder da McKinsey), que a empresa coopere e fale com eles.

Aqui estão os dados para Portugal e Estados Unidos. Não é novidade para muitas pessoas que, em média, a qualidade de gestão das empresas americanas é superior à qualidade de gestão das empresas portuguesas. No entanto, reparem como a variância dentro de cada país é muito superior à diferença das médias. Passamos tanto tempo falando sobre a diferença das médias esquecendo aquele que é o grande "elefante" na sala: a variância dentro de cada país.

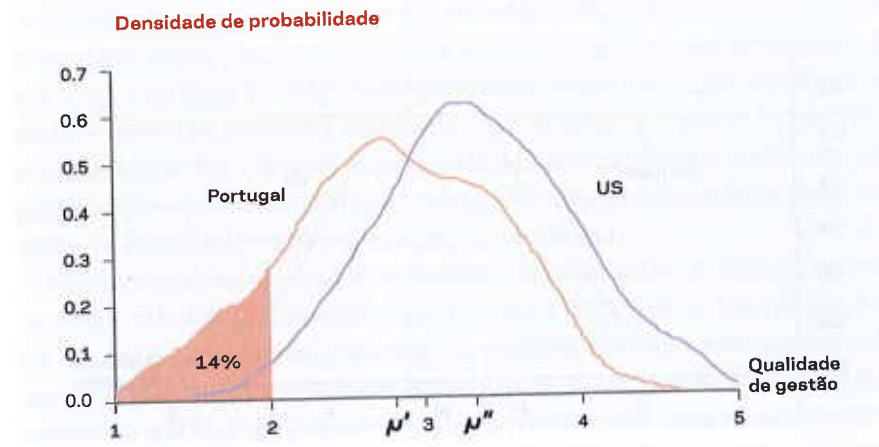
QUALIDADE DE GESTÃO



Para ser mais concreto, 25% das empresas portuguesas têm uma qualidade de gestão superior à média das empresas americanas. Ora, 25% é uma percentagem muito grande. Suponho que todas as pessoas nesta sala que têm **responsabilidade empresarial estarão nesta faixa**. Quando as pessoas dizem que as empresas portuguesas são mal geridas, referindo-se à diferença de média, não só estão dizendo algo que é incorreto, como algo que é injusto, na minha opinião: porque ignoram um fenómeno muito importante que é a variância, que vai muito para além das diferenças das médias.

O segundo aspeto é o complementar do primeiro: 14% das empresas em Portugal estão abaixo do nível 2, um nível de "mínimos olímpicos", digamos assim. São empresas que não têm praticamente qualquer controle de gestão, não têm qualquer tipo de organização. Nos Estados Unidos essa percentagem é muito pequena, como podem verificar. Este é que é o grande problema em Portugal: mais do que a diferença da média, é o problema da "aba esquerda" constituída por 14% das empresas em Portugal. É por este motivo que digo que a maneira mais eficaz de aumentar a produtividade média das empresas portuguesas não é tanto aumentar a produtividade das empresas portuguesas mas sim reafectar os recursos entre as empresas. Por exemplo, eliminar aqueles

QUALIDADE DE GESTÃO



14% de empresas que estão na “aba esquerda” equivale a subir a qualidade média de gestão em 7%, o que já significaria, como podem verificar, uma aproximação muito significativa em relação aos Estados Unidos. Portanto, a questão da reafectação dos recursos é muito importante.

Por isso é que digo frequentemente que a melhor forma de aumentar a produtividade das empresas portuguesas, mais do que o choque tecnológico, é o choque da seleção. Para quem estiver interessado nisso, em teoria económica, recentemente, *as pessoas falam cada vez mais de Darwin e cada vez menos de Adam Smith*; porque, de facto, em certo sentido o crescimento económico tem mais a ver com selecção natural do que com a mão invisível. O que é que é necessário para que o processo de selecção funcione? – Aquilo que chamaria mobilidade económica. Em certo sentido, quer queiramos quer não, quer gostemos, quer não, é em parte o que está no programa da Troika respeitante a mudanças estruturais. Exemplos de falta de mobilidade económica: Uma empresa quer contratar X e despedir Y mas não pode – esta é talvez a mais óbvia e mais comumente falada. Mas há mais: Um trabalhador que recebe uma oferta na cidade B mas prefere ficar na cidade A porque paga uma renda controlada

e portanto o custo de oportunidade de sair de um apartamento com uma renda praticamente grátis é muito grande. Ou uma empresa que espera o resultado de um caso de tribunal, anos, anos e anos. Ou uma empresa que não consegue o crédito necessário para dar o salto da exportação – possivelmente porque existem distorções que levam esse crédito ou para o Estado ou para outras empresas que não o merecem tanto. Tudo isto são exemplos de falta de mobilidade económica. Certamente muitos dos presentes – que têm mais experiência no terreno do que eu – saberão dizer quais são esses aspetos do tecido microeconómico da nossa economia que dificultam esta mobilidade económica.

Estado

Espero não estar criando a imagem de um “Chicago Boy” – que não sou, nem quero ser – mas há algumas coisas que é importante dizer. Depois terminarei falando – um pouco para compensar – da solidariedade social.

A questão da despesa pública. Há um balanço entre, por um lado, a solidariedade, o estado social, o estímulo keynesiano; e por outro lado, a questão de “crowding out”, isto é, o facto de que a despesa do Estado retira recursos ao resto da economia. Qual é o balanço ideal? Não sei. Em sentido estrito, ninguém sabe. Aquilo que posso dizer é que estou convencido que o processo democrático produz um desequilíbrio sistemático neste balanço por vários motivos. Indicarei três, mas haverá provavelmente mais: O primeiro é a diferença entre interesses particulares e interesses comuns. É evidente que se eu for o Presidente do Governo Regional da Madeira, o meu incentivo de gastar mais um euro não é o mesmo que o incentivo para o país como um todo. Há aqui um desacerto entre incentivo particular e incentivo comum. O segundo é a transparência fiscal e ilusão fiscal: o benefício da despesa é muito mais visível que o custo da despesa. Isso mais uma vez cria um enviesamento natural. E o terceiro é o desequilíbrio entre o presente e o futuro: é muito mais fácil criar dívida, especialmente quando existem ciclos políticos, que aumentam ainda mais este enviesamento.

Outra questão é o Estado como estratégia industrial: a questão da política industrial, que tem prós e contras. Estamos aqui na Associação Industrial Portuguesa e penso que é importante falar sobre isto. É verdade que existem

externalidades e falhas de coordenação. Existem muitos motivos que pedem, por assim dizer, intervenção estatal, mas mais uma vez estou convencido que temos de falar da questão de informação centralizada versus informação descentralizada. Porque é que um Ministro da Economia, por melhor formado que seja, por mais dossiers que tenha, por mais "experts" que venham dos Estados Unidos; porque é que esse Ministro de Economia saberá melhor quais são as oportunidades de negócio do que um empresário que está no terreno? Esta ideia não é minha, como é evidente, mas penso que é uma ideia básica e simples. Os exemplos portugueses, tanto Golden Shares na PT, como Clusters, etc, são demonstração disso. Poderemos discutir este assunto, mas continuo pensando que a melhor política industrial é uma boa política de concorrência – para permitir justamente a tal mobilidade económica.

Em terceiro lugar, terceiro e último, creio eu, temos a questão da doença holandesa ("Dutch Disease"). É um termo técnico em Economia e que originalmente tem a ver com o efeito de um choque de recursos naturais nos termos de troca e consequentemente nas dificuldades dos sectores exportadores. No sentido mais comum, quando falamos da doença holandesa pensamos em países como a Nigéria, que teve um choque positivo de recursos naturais – neste caso, o petróleo – que gerou um tal nível de rendas na economia que atrai (ainda hoje) uma quantidade desproporcionada de talento e tempo do resto da economia para conseguir obter pelo menos uma fatia dessa renda – o que acaba por destruir o resto da economia.

A versão portuguesa da "dutch disease" é que um Estado grande e intervencionista tem muitos efeitos positivos, mas cria uma renda que não é muito diferente da renda de um recurso natural; isto é, acaba por criar um desvio de recursos em termos de tempo e talento – empresas cuja principal função é um negócio que, legalmente tenta aproveitar, por assim dizer, as possibilidades que criadas por programas estatais (não falo aqui de corrupção, que também haveria). E isso é que me leva a dizer que a tragédia do Estado português é ter transformado o empreendedorismo em "chico-espertismo".

Um pouco para concluir, um caso de estudo interessante seria olhar para a Íclita Geração (especialmente D. Pedro, D. Duarte e D. Henrique).

Quem é que era o funcionário público? Quem é que era o empreendedor? E porquê? Acho que é um caso de estudo interessante, uma boa ilustração do que disse anteriormente.

Para terminar não quero com isto dizer que não exista uma função para o Estado como agente de solidariedade social, apenas quero dizer que é muito útil proceder à separação entre o mecanismo de mobilidade económica como forma de seleção e o mecanismo de solidariedade social para com aqueles que mais precisam. Deixar cair os 14% das empresas da "aba esquerda" de que falava há pouco pode ser o melhor para as pessoas que nelas trabalham. Sei que é difícil dizer isso porque significa desemprego no curto prazo; mas, no longo prazo, estou verdadeiramente convencido que é o mais importante.

A confusão entre eficiência e equidade também é manifesta quando se fala dos "direitos adquiridos". O problema da lei laboral em Portugal, na minha opinião, não é apenas um problema de eficiência económica, é também um problema de justiça social. É uma injustiça em relação aos jovens: porque é que eles não conseguem emprego? Em boa parte por causa da legislação laboral que leva as empresas a não contratar. O arrendamento é o mesmo: Estamos protegendo direitos adquiridos de rendas a níveis muito baixos mas isso significa matar o mercado que poderia ser útil para muitas outras pessoas. Os serviços sociais também têm um custo de oportunidade também – aliás, toda a administração pública. Temos de ter uma melhor noção de custo de oportunidade e da não equivalência entre muitos destes direitos adquiridos e justiça social. Em muitos destes casos acho que estes direitos adquiridos são a maior injustiça social que pode haver.

Mas, enfim, voltando novamente ao crescimento, e para concluir: Temos várias crises. A crise da dívida pública tem de ser resolvida e a crise macroeconómica é importantíssima, mas a crise do crescimento, a que demora mais tempo a resolver, é a mais importante das três. Falei da Educação, da Produtividade e do Estado, e espero que isso seja uma boa maneira de começar o debate.

Muito obrigado.

DEBATE

Braga de Macedo

Já que fui interpelado quanto à questão da "doença holandesa" vinha voltar à aba esquerda e tentar ser um bocadinho mais preciso sobre o modo de identificação (addressing, na gíria) para se perceber como é que nós reconhecemos essa aba. Admito que haja literatura sobre isso, mas não a conheço e gostava de convidar o Luís a expandir-se sobre esse ponto. Como é que se faz? Vamos admitir que do ponto de vista político é perfeitamente claro que 14% vai cair. Não é 15%, nem é 13%. Como é que se faz?

Luis Cabral

Boa pergunta. Não sei como conseguiria identificá-las individualmente, mas penso que não seria necessário. É uma questão que tem a ver com as condições básicas de mobilidade social, com processos de falência, com os processos de legislação laboral, com o sistema judicial. Tem a ver com todas essas dimensões, com todos esses factores que contribuem para a mobilidade económica. São esses os factores que farão que esses 14% de empresas caiam naturalmente por si. Porque é que não existem empresas nos Estados Unidos com níveis de produtividade tão baixos? Não é que não existam pessoas com o mesmo nível de produtividade aqui em Portugal. A questão é que não sobreviveriam. É tão simples como isso.

Braga Macedo

A questão aqui é como é que se faz isso. À bruta? Como no Darwin, com a história da gazela e o tigre? Isso não aconteceu naturalmente. Portanto, a pergunta é: como é que se faz. Eu pensei que tivesse algum exemplo, algum indicador que nos permitisse primeiro saber se é 14% se é 10% e quais são as consequências de pôr abaixo ou de pôr acima. São problemas concretos que uma Associação Empresarial evidentemente gostaria de saber para poder levar a sério uma recomendação destas. Não estou aqui a pensar que há uma resposta "off the shelf" mas tentar enquadrar a pergunta de uma maneira que vale um passo mais longe. É este o ponto que me impressionou mais entre outros, mas este de facto eu gostava de ouvir a mente brilhante do Luis exercitar-se aqui "live".

Luis Cabral

O que posso dizer é que existem estimativas do tipo: qual é a probabilidade de sobrevivência de uma empresa em função da produtividade? Esta função tem um declive muito superior numa economia como a americana do que numa economia como a portuguesa. Isso é que é a selecção a funcionar. Isto é, as empresas que vão à falência numa economia com maiores níveis de competitividade são tipicamente empresas que deveriam ir à falência, porque de facto têm níveis de produtividade inferiores. Isso vê-se nessa relação. Isso pode ser quantificado, de facto. Em suma, não é 14%, não há um nível exacto: é um valor que vai crescendo continuamente, desde o 0 aos 100%.

Castro Guerra

Relativamente às empresas da aba esquerda, importa não esquecer algumas rigidezes à mobilidade dos fatores quando elas vão à falência: a mão de obra é funcional, empresarial e sectorialmente específica e a sua transferência para outras empresas/setores tem tempos de ajustamento que podem ser muito longos; o capital físico é também, na generalidade dos casos, muito específico e indivisível. Isto significa que a mobilidade não é instantânea mas um processo cheio de fricções e tensões e, muitas vezes, é socialmente muito destrutiva. O que é que me pode dizer sobre isto - nomeadamente sobre mecanismos de mitigação dos custos da mobilidade estando eu de acordo com o princípio? Concorda que estas especificidades estão pouco presentes nos quadros teóricos que suportam estas propostas e, por isso, o tema merece reflexão?

Luis Cabral

Em primeiro lugar, devo dizer que muitas vezes nem é uma questão de melhorar a qualidade dos recursos: é simplesmente uma questão de os reafectar. O exemplo que dei, um pouco em tom de brincadeira, é o dos jogadores do Real Madrid. De facto é apenas uma questão de reafecção, já que as qualidades dos players seriam sempre as mesmas. É verdade que o ajustamento é um processo difícil. Lembro frequentemente a analogia - um bebé quando nasce perde peso, antes de começar a ganhá-lo. A legislação laboral em Portugal

e o reajustamento do tecido industrial leva necessariamente a um aumento do desemprego antes de que se dê a volta. Em última análise, é uma questão de balanço entre custos de curto prazo e vantagens de longo prazo – é uma questão de como gerir o período de transição. Há muitas maneiras de tentar fazer isso: formação para reabilitar as pessoas, subsídio de desemprego. Evitar o problema, tentando esquecê-lo, é a pior solução de todas. No entanto, reconheço claramente o custo de adaptação, sendo que as coisas ficarão pior antes de melhorar.

Mira Amaral

Porque é que a Agenda de Lisboa do meu amigo Guterres, que foi aliás o aluno mais brilhante que apanhei no Técnico, falhou rotundamente? Porque de facto esqueceu totalmente a mobilidade e a afectação de recursos na economia, designadamente dos recursos humanos. Era uma visão mecânica, estatal de injectar recursos para a investigação, para isto e para aquilo e portanto sem eficácia nenhuma.

Também devo dizer, em termos de piada, que por muito menos do que o Prof. Luis Cabral aqui disse, alguns desgraçados em Portugal têm sido acusados de perigosos neoliberais

Há uma questão que abordou que eu gostaria de pôr doutra forma, que é a questão da Inovação. Qual é a situação portuguesa? O país nos últimos anos, graças aos fundos estruturais, e ao esforço dos sucessivos Governos avançou muito em termos de investigação científica, mas em termos de inovação empresarial continuamos infra-europeus. E a gente vê isso nas estatísticas. O que é que se passa? Eu aprendi que investigação é no fundo gastarmos dinheiro para criar conhecimento e inovação é utilizar o conhecimento para criar valor num contexto de mudança e portanto remeto para a sua lógica de afetação de recursos também. É que de facto gastámos os recursos na investigação mas não os passámos à economia e isso não tem efeitos económicos. O que eu senti, por exemplo num Governo PS, e senti isso com empresários, nas PME quem é que aparecia a fazer o discurso da inovação, era o Ministro da Ciência e Tecnologia Mariano Gago e não o Ministro da Economia. É evidente quando aparece

o Ministro da Ciência e Tecnologia a fazer o discurso da inovação os empresários assustam-se designadamente das PME, que julgam que um tipo lhes está a recomendar que façam investigação, contratem uns cientistas de bata branca, gastem um balúrdio nos laboratórios nas empresas e não percebem que as PME têm que fazer inovação, enquanto as grandes empresas e os centros de investigação pagos pelos contribuintes é que fazem investigação. E isto no país ainda está muito pouco percebido a nível das PME por culpa do discurso político e da confusão entre investigação e inovação. Não é o Ministro da Economia que se impõe na inovação e é o Ministro da Ciência e Tecnologia que ocupa o terreno todo e fala também deste tema. Eu já tive esta experiência como consultor de inovação da Sociedade Portuguesa de Inovação. Quando a gente chega à PME a explicar isto os tipos assustam-se Isto é uma questão central, neste momento, na nossa estrutura, porque na investigação já estamos na média do nível comunitário, mas a nível da inovação dramaticamente o país é infra-europeu.

Abordou-se a questão do Estado e do empreendedorismo, e aí a minha visão é muito simples. O meu professor de Finanças no INSEAD ensinou-me que só havia risco quando havia incerteza e por isso eu direi que quando se diz que o Estado às vezes faz apostas de alto risco, isto é incorrecto, porque não há risco nenhum. A gente já sabe que vai ser dinheiro mal gasto, e portanto não há incerteza nenhuma, não há risco. Onde o Estado Português podia gastar algum e não tem gasto é a suprir aquilo que eu acho que em Portugal é uma falha de mercado que é não termos uma comunidade de "Business Angels" como existe nos Estados Unidos onde felizmente existem milionários suficientes para financiar as start ups e projectos inovadores.

Em Portugal não temos essa comunidade tão desenvolvida e há poucos fundos inclusive comunitários para fazer isso. Eu acho que aqui o Estado é que devia fazer apostas de risco e jogar ao ataque tendo consciência que em cada dez perde oito, mas nos dois em que ganha faz o jackpot. É assim a experiência americana de venture capital e funciona. Eu já estive num Fundo Europeu de Capital de Risco gerido pelo Deutsche Bank ao qual aderiu o BPI, percebi que quando se tem um portfolio diversificado mas com uma série de projetos no pipeline pode jogar-se ao ataque, porque em dez perde oito e ganha dois - jackpot.

Quando um tipo está aqui em Portugal a fingir que faz capital de risco com capital privado e o projeto corre mal, lá vai a conta exploração do ano ficar no vermelho e portanto não há capital de risco que resista.

Última questão que lhe ponho devido à minha experiência política é esta. É que o problema dramático do País, neste momento, é que a sua tese de vamos identificar 14% das empresas e vamos deixá-las cair. Isto em termos teóricos de uma economia estabilizada em que exista um movimento natural de recursos de uns lados para os outros, concordo inteiramente. O drama neste momento é que a situação em que o país está, com tudo a afundar-se, uma aplicação pura e simples desse princípio pode não levar à sustentabilidade e à coesão social e piorar mais as coisas. Portanto, eu receio que na situação objectiva da economia neste momento não se possa aplicar essa tese pura e simplesmente. Se fosse uma economia a crescer eu aplicava-a imediatamente, mesmo se estivesse no Governo. Na economia no estado em que está, eu tenho muito receio que isso se possa fazer sem ter algum cuidado de sustentabilidade social e de coesão na economia portuguesa.

Luis Cabral

Acho que é um bom complemento ao que disse anteriormente – e concordo consigo. Só diria mais uma coisa em relação à investigação: Para além da distinção entre investigação e inovação, que me parece correcta e útil, haveria também de fazer uma distinção entre inputs e outputs. Nós estamos melhor que a Europa na medição de recursos que são dedicados à investigação, não é óbvio que estejamos muito melhor no que respeita à produção de investigação.

E também concordo que a questão da gestão do processo de transição é fundamental, quer do ponto de vista de justiça, quer do ponto de vista da paz social. Não tenho uma solução clara para isso. O nosso problema hoje em dia é que temos 3 crises em cima, ou várias crises, não sei a contagem que querem fazer. Há a crise de crescimento de longo prazo de que estamos falando, há a crise da dívida e há a crise da grande recessão em que estamos. E portanto a questão é tentar apagar vários fogos ao mesmo tempo, apaga-se um aqui, começa outro ali. Qual é a gestão óptima? Não sei. Se perguntassem agora,

hoje em dia, eu diria que de facto, comparado com o que aconteceu no último ano, prestar um pouco mais de atenção a esta questão da transição, porque não se pode simplesmente pensar no que vai acontecer daqui a vinte anos. Até porque creio que o Governo português ganhou algum capital político de bom comportamento, por assim dizer, que poderia ser posto neste momento ao serviço de uma transição mais suave. Portanto concordo consigo, o processo de transição é também importante mas não podemos esquecer o longo prazo.

Nicolau Santos

Há um mistério na economia portuguesa. Quando o Eng.º Mira Amaral foi Ministro da Indústria, Portugal tinha uma economia com muito menos capacidade de gestão, muito menos recursos humanos qualificados, muito menos Universidades competentes, muito menos inovação, muito menos tecnologia – mas a produtividade crescia a um ritmo claramente superior ao atual. Acho que não há nenhuma dúvida que entre 1986 e hoje houve uma mudança muito grande na economia portuguesa e em todas estas áreas e, no entanto, subsiste o problema da produtividade. Nós olhamos para a nossa produtividade e vemos que ela compara mal e cresce mal. Eu trago aqui um estudo, que saiu há dois meses na revista Exame, liderado pelo André Regateiro com dois colegas internacionais, onde ele coloca um problema muito interessante. Olhando para a dimensão média das empresas portuguesas, entre 1986 e 2009, ele chama-lhe “o incrível encolhimento das empresas portuguesas”, que passam de 17,72 trabalhadores por empresa para 8,89. E ele justifica, exactamente, a queda de produtividade das empresas portuguesas pelo crescente domínio das pequenas e médias empresas no tecido produtivo português. Ou seja, desapareceram grandes empresas e, pelo contrário, aumentou muitíssimo o número de pequenas empresas. Ele elenca diversas razões: diz que uma tem a ver com o facto de hoje existirem mais dados e informações sobre essa realidade, diz que a segunda é a terciarização da economia, a terceira são as privatizações que não terão conduzido aos resultados esperados. Depois, dá outras explicações, a proteção do emprego que tem sido extraordinariamente alta e a proteção das pequenas e médias empresas em detrimento das grandes dentro do quadro

da política económica. E o que eu lhe perguntava, obviamente, era se o nosso problema de produtividade em Portugal não poderia ser, de algum modo, colmatado ou resolvido, se houvesse de um ponto de vista político (ainda que tenha dado claramente sinais de que isto da política industrial talvez não fosse a melhor coisa, talvez fosse melhor deixar funcionar o mercado) a criação de condições para haver fusões, aquisições, etc., para que estas pequenas e médias empresas passem a ser maiores. Porque, obviamente, elas têm mais dificuldade em contratar bons gestores, mais dificuldades em exportar, mais dificuldades em afirmar-se internacionalmente. Obrigado.

Luís Cabral

De facto, é um estudo muito provocativo. Estou convencido – aliás, o Nicolau já o escreveu alguma vez sobre isto – que um dos factores importantes para a diminuição da dimensão média da empresa portuguesa é aquilo que podemos chamar barreiras ao crescimento e sobrevivência. O problema da rotação empresarial em Portugal é semelhante ao de outros países no Mundo. Isto é, o número de novas empresas em cada período é muito semelhante à média de países desenvolvidos. Porquê? Se existem maiores barreiras à entrada, como é que é possível, então, que a rotatividade de empresas seja semelhante à de outros países? É que existem, também, grandes barreiras à sobrevivência e crescimento e, portanto, o que está a acontecer é que as empresas entram e saem, não tanto por serem boas ou más, mas por esbarrarem com barreiras de sobrevivência. Entre essas barreiras à sobrevivência e ao crescimento existem os chamados custos de contexto. O problema dos custos de contexto não é simplesmente aumentar os custos de produção. É o facto de serem aplicados diferenciadamente consoante as empresas. Há uns que têm mais sorte e conseguem evitar os custos de contexto, há outros que têm menos sorte e não o conseguem e isso é mais uma das tais distorções que evita a seleção pela produtividade.

O outro problema, na minha opinião, é o acesso ao financiamento. Portanto, quando me perguntam “O que é que o Estado pode fazer?”, mais do que qualquer política industrial, eu diria que é diminuir a absorção de recursos financeiros pelo sector público. Não é só administração central: é também o sector público

empresarial. É preciso diminuir a absorção de recursos que tem representado este sector na última década ou nas últimas décadas, e permitir que eles sejam libertos para o sector privado. Não tenho conhecimento da banca e há aqui pessoas que conhecem a situação melhor que eu – e, portanto, gostaria que dissessem se é ou não verdade, que mesmo a banca privada em Portugal está sujeita a tal pressão do Estado. Na minha opinião, já não é tão evidente que grau de autonomia é que têm a esse respeito. Estou convencido de que existe, de facto, um efeito de crowding out, de desvio de recursos importantes a esse nível, que depois tem uma repercussão muito grande. A empresa quer, por exemplo, dar o salto da exportação; a exportação é quase como criar uma nova empresa, em certo sentido, pelo que requer aquele extra. É muito difícil para os bancos obter crédito, e como o pouco crédito que têm acaba por ser absorvido por grandes empresas, sobra pouco para os outros. Assim, quando se fala de política industrial, diria que já a política industrial de não ter uma política industrial negativa – que é o que isto é, efectivamente – já seria bom para este processo. Neste caso, gostaria também de ouvir as pessoas que estão mais no terreno e que sabem muito melhor disto do que eu: isto é verdade ou não? Quando falo com pequenos empresários, é um factor que é referido com alguma frequência. Quando falo com pessoas de bancos, dizem “Nós não damos crédito, porque eles não têm bons projetos” Onde é que está a verdade? Não sei, algures no meio.

Henrique Neto

Sobre esta questão da dimensão das empresas, gostaria de recordar que o Distrito de Leiria por exemplo, que eu saiba, tem só uma grande empresa e está em dificuldade. Todavia, a exportação do Distrito de Leiria cresce mais do dobro da média nacional, o saldo da balança comercial é positivo. O número de empresas que nascem todos os dias é superior ao número de empresas que desaparecem, etc, etc. Ou seja o Distrito de Leiria não precisa de grandes empresas e vive bem como está.

Eu gostaria de me regozijar por este esforço, porque penso que o país precisa de um debate deste tipo. Talvez que o local apropriado para o fazer seja aqui, na AIP. Mas dito isto, tenho receio que o esforço possa não estar orientado

da melhor maneira, porque olhando para os três temas que nos propõem, provavelmente, deixam de fora as questões mais importantes que nos enfrentamos. Por outro lado, para os debater, em pormenor, temos aqui um certo Parlamento e sem grupos de trabalho, tenho receio de que o resultado final possa não ser o melhor. Tentando aliviar isso, na medida do possível, eu vou deixar aos serviços um texto de algumas coisas que eu penso que são mais relevantes do que aquelas que estão aqui.

Devemos começar por compreender que o principal problema português não é económico, ou mesmo financeiro, mas político e que sem uma profunda alteração de funcionamento dos principais partidos políticos, com vista a eliminar a mediocridade na governação do país, dificilmente resolveremos os nossos problemas económicos, a caminho de uma democracia avançada. Claro que dirão "Lá está ele a pensar que o Estado é que resolve os problemas". Não é isso que eu quero dizer, só quero dizer aquilo que disse.

Sobre o que foi dito aqui, todos estamos de acordo em Portugal que toda a gente tem a paixão da educação e eu concordo. Só que Portugal era, provavelmente, muito mais ignorante no período da EFTA. Não era provavelmente, era certamente. Tem hoje melhores recursos humanos que não tinha na época, na altura cresceu muito e agora não cresce. Ou seja, a educação é uma questão essencial ou fundamental, mas não suficiente, precisa de outras coisas. Regozijo-me que tenha dito que o ensino superior não é um grande problema, porque é a minha opinião e que tenha referido o ensino básico e secundário, mas eu diria que não é aí que a maior questão se coloca. Porque o grande problema de Portugal é que nós sempre tivemos uma grande faixa da população portuguesa que vive na pobreza e na ignorância, que eu calculo que seja, presentemente, um terço da população portuguesa. E a interrupção desse ciclo vicioso de pobreza e de ignorância faz-se no pré-escolar e não no ensino. Porque se as crianças não participarem e em Portugal não participam, por variadíssimas razões, na fase do pré-escolar, chegam, irremediavelmente, arredadas da educação, quando entram no sistema oficial.

A segunda questão que queria levantar é a minha discordância com a insistência de se falar de produtividade. Porque a produtividade é medida

em valor e eu prefiro falar de modelo económico, porque não é possível comparar a produtividade da Auto Europa com a produtividade de uma empresa que faz lençóis, a concorrer com a China. Portanto, temos de olhar para o modelo de especialização da economia portuguesa e ver como aumentar a produtividade. Será, certamente, alterar o modelo económico em que estamos inseridos. Por exemplo, há uns anos, achou-se que Portugal tinha de construir obra pública e construção civil e nós chegamos a ter 19% do PIB em obras públicas e construção civil e, para isso, importámos milhares de trabalhadores, de baixíssimo custo, que só baixaram o nível da produtividade portuguesa. Os outros países tinham 4% do PIB, em obras públicas e construção. Quando se fazem coisas destas e depois se fala de produtividade, é bom que se meça o que se está a dizer. Fiquei, enfim, admirado de não ter falado de um problema nacional, que é a relação entre bens transaccionáveis e não transaccionáveis. Porque, é evidente, que os sectores de bens não transaccionáveis têm sido altamente privilegiados, pelos menos desde as privatizações, na distribuição de recursos, na tal distribuição de recursos, que falou. E, portanto, aí está outra questão, que se não for resolvida, a produtividade também não vai longe e conduz aos custos de contexto, etc.

O que nos conduz a seguir, a que Portugal exporte cerca de 30%, 32% do PIB. É insustentável. Nenhum país europeu, da dimensão de Portugal, país pequeno ou médio, exporta 32%. O que exporta menos é, salvo erro, a Dinamarca, exporta 55. Ou seja, Portugal tem uma estrutura económica própria dos grandes países, que têm um mercado interno enorme (a Alemanha, a Espanha, a Holanda, a França) e em que, naturalmente, as empresas se podem desenvolver e podem crescer, fundamentalmente, de acordo com a sua procura interna e são competitivas e têm séries de produção rentáveis, etc., etc. Claro que os países pequenos não têm uma dimensão do mercado interno, têm de exportar para que as empresas sejam rentáveis e cresçam. Portanto, quando se diz "as empresas portuguesas não crescem.", pois não, nem podem, antes de nós obtermos uma exportação na ordem dos 60% do PIB, seremos sempre uma economia marginal, no contexto europeu e o resto é musica celestial.

Peço desculpa ao Sr. Professor, porque acho que confundiu estratégia empresarial com estratégia nacional, ou políticas industriais, ou políticas sectoriais

nacionais e empresariais. É evidente que uma política empresarial, aliás o documento que nos foi distribuído "Inovação de produto ou processo; inovação radical ou incremental; inovação tecnológica ou organizacional; ideia fundamental ou aplicada, tudo isto faz parte da estratégia empresarial, acho que não vamos discutir isto aqui, porque cada empresa terá de o discutir lá, no seu Conselho ou no seu grupo de pessoas. Agora que um país deve ter uma estratégia, eu não tenho dúvida. A AIP definiu na sua Carta Magna, para a competitividade, a sua síntese estratégica, de meia página, aliás, semelhante aquilo que o Japão fez em 46 e 56, que a Irlanda fez muito depois, que a Holanda faz, que a Áustria faz, ou seja um país tem de saber para onde vai. As grandes linhas estratégicas de um país, não são resolvidas pelas empresas, são resolvidas pelas elites, se quiserem, pelos seus dirigentes, pelos seus políticos ou pelo conjunto da sociedade, seja quem for, mas alguém tem que dizer que, Portugal, por exemplo, apenas bom aluno europeu, limitando-se a ser isso e a seguir todas as políticas da União Europeia, contraria a nossa tradição, até o nosso ADN, como país Atlântico, que sempre foi. Temos de ser um país, como diz a Carta Magna da Competitividade da AIP, um país euro-atlântico, ou seja, um país que está na União Europeia, que quer estar na União Europeia e que quer concorrer na União Europeia, mas tem uma outra dimensão e pode aproveitar todas as outras oportunidades que lhe advêm do facto de ser um país Atlântico, diferente dos outros países europeus, mesmo diferente da nossa vizinha Espanha. Ou seja e, não me quero alongar, naturalmente, mas para dizer que este debate é muito importante, mas para que ele seja verdadeiramente determinante, temos de ter a capacidade de sair da rotina dos nossos problemas diários, para ver as grandes questões nacionais. Muito obrigado.

Veiga Simão

A agenda deste Encontro "Inovação e Produtividade; Crescimento económico" é muito abrangente, tratando temas de importância decisiva para a "árvore da competitividade". A exposição do Professor Luís Cabral, nestas circunstâncias, foi essencialmente uma síntese de assuntos a debater. Desde logo, quando perguntamos pela articulação entre inovação, produtividade e crescimento temos dificuldade em encontrar uma resposta.

Os meus comentários vão incidir apenas sobre algumas afirmações feitas em relação a áreas do conhecimento inerentes aos temas da agenda e o que me pareceu significarem. Na verdade, se aprofundarmos um pouco a resposta a dar ao desafio da educação em relação aos temas em discussão não podemos limitar-nos a indicadores globais, mas antes centrar a nossa atenção em indicadores "educação-desenvolvimento". Analisar a problemática da educação nos níveis educativos de um país, neste binómio, exige que se debata a evolução desses níveis educativos, do ensino experimental e da observação científica e cultural, ou seja, os "pesos" das modalidades do ensino humanístico, científico e técnico no sistema educativo e refletirmos sobre o que deve ser o ensino profissional moderno. Ora, quando analisamos a dicotomia ensino público-ensino privado, esta questão não pode ser ignorada, e temos de reconhecer que o ensino privado a todos os níveis privilegia o ensino humanístico e o ensino científico e, muito menos as outras modalidades ou opções. Qual é então o papel do Estado e da iniciativa privada numa educação dominada pelo conhecimento e suas aplicações? Qual a ligação com as empresas? Os exemplos neste domínio não são gratificantes, antes pelo contrário.

Outra pergunta natural seria a seguinte: qual a razão por que, apesar do elevado número de instituições e de cursos de ensino superior e de ensino pós-secundário não superior existentes no País (em excesso), os empresários portugueses não criaram uma instituição de referência como uma Universidade? Criticam, muitas vezes bem, o que se faz nas Universidades mas não deram o passo seguinte e as iniciativas havidas não tiveram os resultados desejados. Porquê?

As conclusões relativas a "mudanças" na educação que se relacionem com a inovação e a produtividade devem apontar para um novo posicionamento da iniciativa privada. Em síntese, as metas sobre a educação pública e privada não devem ser tratadas apenas através de indicadores globais. A diversidade e a relevância exigem maior especificidade.

Outra questão fundamental reside na clarificação da missão e funções do Estado e da sociedade civil na sociedade do conhecimento, para além do pensamento que cada um tenha legitimamente sob o ponto de vista ideológico.

Mas aqui eu diria que todos entendemos que o Estado deve ser uma Entidade Inteligente. Um Estado que não é inteligente governa mal os seus cidadãos. Ora, como podemos compreender que ao longo de um período de mais de trinta anos sucessivos Governos independentemente dos partidos que os apoiaram tenham destruído a inteligência do Estado? Foram extintos os gabinetes de estudo, planeamento e prospetiva e aprovou-se legislação "ad hoc", inconsistente, que conduziu laboratórios de Estado e algumas instituições autónomas a "danças inconcebíveis", transferindo-os de ministério para ministério, partindo-os e juntando-os segundo "modas" derivadas de filosofias antagónicas da Anatomia do Poder, segundo as quais ora "big is competitive" ora "small is beautiful". A imagem transmitida pelos governos é a das danças antigas chamadas quadrigas ou de grand-chaine, referidas em tratados de química a propósito do fenómeno da "ionização".

Como resultado, entidades que seriam essenciais para construir e elucidar o Estado sobre cenários e propostas alternativas desapareceram. Dir-se-á que se pode recorrer às Universidades, mas estas não são chamadas institucionalmente a desempenharem essa função; os professores pronunciam-se em termos individuais ou integrados em consultorias privadas. Sem um Estado inteligente não temos Reforma do Estado nem reformas estruturais que respondam aos desafios da sociedade do conhecimento. E, repito, não há a Reforma do Estado sem redefinir a sua missão e as funções.

No que respeita aos problemas específicos da Inovação, da Produtividade e do Crescimento, o Professor Luís Cabral advertiu para outros aspectos que nos podem levar a conclusões erradas, mercê de análises interpretativas de médias e de variâncias. Na verdade em Portugal existem nichos de atividades excelentes em muitos domínios da Ciência e Tecnologia, embora as médias refletidas em indicadores quantitativos sejam baixas. Mas deixem-me salientar que independente do que foi dito o hiato entre a criação do conhecimento e a sua transformação em bens económicos e culturais é um hiato enorme que dificulta a inovação e a produtividade. Além disso a maioria das vezes não é ultrapassado em tempo útil. Ao contrário temos uma participação excelente na criação do conhecimento traduzida na literatura científica e tecnológica.

Afinal, quando analisamos o European Inovation Board ou documentos similares verificamos que, se na criação do conhecimento estamos entre os primeiros dez países da União Europeia, na sua transformação inerente a produção de patentes, à transferência em tempo útil de tecnologias, à antecipação de inovação à criação e expansão de empresas inovadoras ocupamos o vigésimo quinto entre os 27 países. Como resolver este desafio? Que políticas é que podem determinar uma alteração drástica nesta situação? O que é essencial para que bens transacionáveis sejam incentivados na produção e comercialização e possamos ter maior capacidade de exportação? Que modelos inovadores devemos desenvolver para a interface Universidade-Empresa?

Muito embora não seja frutuoso imitar cegamente modelos estrangeiros, devemos estudá-los e procurar novos mecanismos de interação a aplicar no quadro de seleções criteriosas de empresas e em consonância com o que há de positivo no nosso ambiente político-social.

O modelo alemão "Mittelstand" que constituiu redes de inovação de pequenas e médias empresas dentro de um quadro concorrencial determinado pela globalização definiu exigências às empresas, aos empresários e às universidades, que merecem reflexão. Existem requisitos para que as empresas e as Universidades possam integrar as redes que cultivam a inovação. E assim nasceram nos Estados da República Federal da Alemanha "flores dos produtos de uma industrialização moderna que a Alemanha vem sabendo atualizar com sucesso. Os alemães rídicularizados pela elite de Inglaterra e por elites de outros países – em Portugal muitos políticos defendiam nos anos 80 e 90 que não devia haver qualquer política industrial e davam o exemplo errado do governo dos EUA – mantém hoje uma indústria moderna e competitiva. Nós cometemos o crime inconcebível de destruir a indústria que tínhamos em vez de a modernizar e a ligarmos às oportunidades da economia do conhecimento.

Registe-se que em consonância o poder político e o poder empresarial alemão disseram aos empresários dessas redes que precisavam de falar fluentemente inglês e pelo menos mais outra língua estrangeira de acordo com os seus interesses; que tinham de adotar na sua empresa uma política criativa, baseada na qualificação das pessoas e aberta a talentos; que deviam fazer

investimentos mas que metade do financiamento devia proceder de capitais próprios (seria difícil aplicar em Portugal esta regra mas podíamos quantificá-la realisticamente). As empresas deviam associar-se não ad-hoc, mas institucionalmente com centros de saber, por objetivos pré-fixados; os fundos de capital de risco deviam privilegiar a produção de bens para exportação e as transferências de tecnologia. Julgo que este exemplo merece reflexão. Outro exemplo interessante do desafio inovação-crescimento situa-se no "Medicon Valley Alliance" um projeto que engloba a parte leste da Dinamarca à parte oeste da Suécia. Ali a inovação, a produtividade e o crescimento florescem em conjunto e determinam uma sólida internacionalização e competitividade.

Enfim, permitam-me por último este desabafo para ajudar a resolver os problemas equacionados. Entre outras mudanças a Economia devia aproximar-se mais da Física e da Mecânica Quântica pois é imperioso saber lidar e integrar múltiplas variáveis, sem o que previsões económicas estão condenadas a erros até de bom senso. Os exemplos estão aí e a frustração é permanente.

Fernando Ulrich

Foi referido o tema do financiamento e o Senhor Prof. Luís Cabral até fez algum desafio, para que as pessoas do sector dissessem alguma coisa eu gostava de acrescentar algo.

E a primeira questão é relativa à pressão pública sobre a banca. Eu falo como responsável de um banco que na sexta-feira passada viu entrarem 1.500 milhões de euros de dinheiro público e que nós temos que reembolsar no máximo dentro de cinco anos. Duzentos milhões vamos reembolsar já, dentro de semanas quando fizermos o aumento de capital e os outros 1.300 temos que reembolsar no máximo ao fim de cinco anos. Se não reembolsarmos serão convertidas em ações e no cenário de não conseguirmos reembolsar é porque as coisas não vão bem e nessa altura provavelmente isso significa a nacionalização. Até isso acontecer, e eu acredito que não vai acontecer porque creio que temos todas as condições para que corra tudo bem, o Estado não tem nenhuma maneira de nos obrigar a emprestar um cêntimo a quem quer que seja. E portanto, eu posso-lhe garantir que enquanto quem estiver à frente

do banco forem as pessoas que são, a começar pelo Dr. Santos Silva e pela equipa executiva que eu lidero, posso-lhe garantir que ninguém nos obrigará a fazer o que quer que seja, pura e simplesmente porque não têm mecanismo nenhum para nos conseguir forçar a fazer isso. O Estado terá um membro do Conselho Fiscal e temos a obrigação de canalizar trinta milhões de euros por ano, até me parece uma boa ideia, para fundos de capital de risco, e portanto cento e cinquenta milhões de euros no conjunto dos cinco anos e temos que transferir o dinheiro todos os anos, obrigatoriamente, mas depois as Sociedades Gestoras de Capital de Risco têm a sua liberdade para gerir o dinheiro. Em tudo o resto, apenas existem algumas referências qualitativas que devemos apoiar o sector dos bens não transaccionáveis. Portanto, o Estado, repito, não tem nenhuma maneira de nos pedir um cêntimo, ou de nos empurrar a canalizar um cêntimo que seja para comprar dívida pública, seja para apoiar empresas públicas, autarquias, o que seja. Este era o primeiro ponto que gostava de esclarecer.

Em segundo lugar, gostava de dizer que mesmo no passado com Governos que têm fama de terem sido mais interventivos a pressão para a distorção da alocação de recursos não vinha nem de telefonemas, nem de instruções, nem de ordens. Vinha do esquema de incentivos que está agora aqui a ser comentado por várias pessoas e que vigorava na economia portuguesa e portanto, havia a percepção, erradas nalguns casos, da parte de quem geria bancos, que determinado tipo de riscos eram melhores do que outros e tinham a sua remuneração e portanto havia uma canalização de crédito para determinados projectos e situações porque se considerava que era uma opção interessante do ponto de vista económico-financeira para os bancos. Obviamente que a história mostrou que isso não era verdade e além de mostrar que isso hoje também não seria possível, porque o Estado não os pode fazer. E, portanto eu penso que o problema do "crowding out" do sector privado e designadamente das empresas de média e pequena dimensão neste momento não se está a fazer pela quantidade, está-se a fazer pelo preço, porque o preço do crédito em Portugal é muito caro. Basta ver os anúncios: a SONAE paga 7% por obrigações a três anos, a PT paga 6,25%, a EDP paga 6%, a SEMAP pagou 6,85%. É óbvio que se os melhores riscos da economia portuguesa, ou vistos como tal, pagam

estes preços, isso tem influência nos preços que são pedidos a outros. E, ainda assim, gostava também de chamar a atenção que uma boa empresa de média ou de pequena dimensão consegue "spreads" mais favoráveis neste momento do que as grandes, porque há mais concorrência entre os bancos para servir pequenas quantidades do que as maiores. É mais fácil obter um empréstimo de um milhão de euros, ou de quinhentos mil euros ou de dois milhões e meio de euros do que duzentos e cinquenta milhões junto dos bancos portugueses e, portanto as PME's boas conseguem neste momento "spreads" mais favoráveis do que as grandes empresas. No BPI seguramente. E, portanto muitas das coisas que eu vejo escritas e afirmadas sobre financiamento em Portugal não têm qualquer correspondência com a realidade. Cobro hoje a uma boa PME menos do que cobro hoje à EDP ou à SEMAPA. Não tenho dúvidas nenhuma. Não estou a dizer que aquilo que cobro à PME não continua a ser alto. Está claro que é, comparado com uma empresa alemã ou com uma empresa francesa, é claro que é muito alto e que é uma desvantagem competitiva. Mas isso só se resolve quando consolidarmos as finanças públicas e quando voltarmos aos mercados, enfim por aí fora, todos sabemos a história.

E há outra clarificação que eu gostava de fazer também mas que daria para outra sessão destas- embora por razões que eu percebo, considero que a forma como os Governos, muitos académicos e os reguladores respondem à crise financeira e as soluções que apresentam constituem, do meu ponto de vista, um erro histórico. Vão todos "chumbar" num exame futuro porque a forma como se tem respondido do ponto de vista da regulação é um erro. Daqui a vinte anos virão outros professores dizer que entre 2008 e 2012 quem andou a regular o mundo financeiro pura e simplesmente não percebeu nada do que é que estava a acontecer nem quais eram as soluções que deveriam ter sido adotadas. Deixo para uma outra conferência esta matéria não só porque não teríamos aqui o tempo necessário mas também porque tenho uma opinião provavelmente muito minoritária neste momento no Mundo. Mas obviamente que a regulação financeira que tem vindo a ser posta em prática só está a contribuir para que o custo do financiamento da economia aumente, mas isso é outra questão que não ia agora aprofundar.

Mira Amaral

Estou de certa forma a concordar com o Fernando Ulrich que não há diferença entre a banca pública e a banca privada. Há porém alguma. Eu corroboro inteiramente que a banca privada não foi lá por pressão do Ministro. Pode lá ter ido e foi no passado pelos incentivos criados à economia portuguesa com o esquema escandaloso das parcerias público-privadas. Quando se monta um esquema de parcerias público-privadas em que um tipo pode dar uma fatia de crédito grande sem grande trabalho, sem risco, (teoricamente o Estado não tinha risco) face a dar crédito às PME, cria incentivos para isto. Há uma diferença de facto entre a Caixa como banco público e a banca privada. E há outra que é chocante, quando cheguei à Caixa, a Caixa era aquela que não utilizava os Sistemas de Garantia Mútua que eu tinha criado no âmbito do PEDIP II. O que é caricato e ridículo é que a banca pública não utilizava o grande sistema de apoios públicos que está agora ainda a ser utilizado. Portanto, se é para isto que é preciso ter um banco público estamos conversados.

Mas há uma coisa que eu não concordo com o Fernando Ulrich. Não estou a dizer que a regulação agora seja boa, se calhar está a ser má regulação, mas está a reagir por excesso à péssima regulação que houve até 2008 e que a meu ver também explicou a crise financeira. É claro que que não se consegue discutir hoje a regulação, é que é sempre muito difícil a gente fazer um esquema-quadro conceptual de regulação que evite outra crise. Nunca vamos consegui-la, por mais que aprendamos, porque a inovação financeira, a criatividade para contornar os esquemas de regulação exigem. A noção que eu tenho, já estudei muito teoricamente esta matéria, é que um quadro de regulação é sempre estabelecido, quer queiramos quer não, na base do que se sabe no momento e da estrutura da crise actual e nunca consegue prever exactamente a crise do futuro. Então isto é para dizer que não concordo.

Finalmente dizer-vos uma coisa sobre o financiamento às empresas, que é uma experiência curiosa. Eu no Banco BIC Português, quando comecei, era um banco pequeno, chegava às empresas, diziam-me com ar olímpico: só discutimos consigo a partir de cinco milhões. Como eu não tinha cinco milhões nem fundos próprios para tal... Antes integrar o BPN já muitas vinham ter comigo

e qualquer um milhão ou quinhentos mil euros já lhes serviam O que é que eu percebia – estavam tapados nos outros bancos.

E há aqui uma questão que eu não consigo distinguir e também os estudos da AIP não me dão. Qual é a diferença entre a falta de liquidez dos bancos e as condições objectivas das empresas em termos de risco que fazem com que os bancos não dêem crédito.

Há uma coisa que muito me preocupa, quando tenho boas PME's que já nem discutem o spread comigo. Eu como banqueiro fiquei encantado, mas fico muito preocupado, porque se já nem discutem o preço, isso é um mau sinal. Não me parece que isto seja muito sustentável.

António Pires de Lima

Também não assisti a toda a apresentação feita pelo Prof. Luis Cabral, mas em qualquer caso, vendo o essencial, acho que não é difícil uma pessoa rever-se numa boa parte das conclusões da apresentação. Enfim, eu não sou tão crítico quanto outras pessoas que já intervieram aqui hoje relativamente aos progressos que Portugal tem feito na área da Educação e da Inovação e há hoje exemplos de excelência que se calhar não existiam há dez ou quinze anos, tanto numa área como noutra, tanto no sistema público como no sistema privado. É hoje motivo de orgulho para todos nós, acho, ver algumas das nossas Universidades, por exemplo, elencarem o grupo dos 50 ou 100 melhores cursos de gestão, mestrados, etc., coisa que não acontecia seguramente antes, e portanto acho que nesse aspecto houve um progresso importante que se há-de traduzir em resultados, mais tarde ou mais cedo, e não me parece que sejam precisos muito modelos para se chegar a esta conclusão.

Acho que também ao nível de muitos dos estrangulamentos que aqui referiu, e com os quais eu estou completamente de acordo ao nível da lei laboral, do arrendamento, se há coisa que eventualmente evoluiu no bom sentido, mesmo no muito bom sentido no último ano, foram as reformas que se fizeram nestas duas áreas. Creio até que Portugal se arrisca em matéria laboral a ter uma das relações mais permissivas, em certos aspectos, de toda a Europa Ocidental. É, portanto, eu creio que relativamente aquilo que é estruturante e de longo

prazo, nós já, há muito tempo, em Portugal, que estamos mais ou menos todos de acordo.

A única coisa que não conseguimos resolver, não tem havido progressos assinaláveis, é que apesar de já estarmos todos, há muitos anos, conscientes que a interferência do Estado na economia é um factor altamente penalizador para a própria economia e para a afectação de recursos, é a tentação de quem chega ao poder e, isso foi muito evidente, nos governos desta última década, é de um intervencionismo muito grande e crescente. Não creio que a situação hoje, ou pelo menos em 2011, fosse melhor do que aquela que tínhamos em 2000 ou em 2001. Também estou muito de acordo, que os problemas das empresas portuguesas e da competitividade das empresas portuguesas, não se podem atribuir só ao Estado e a estes défices. Eu acho que há problema grande de qualidade de gestão. Não sei se está totalmente traduzido nessas curvas que apresentou. Mas a impressão que tenho, até por alguns factores que já foram aqui referidos: pequenas e médias empresas não profissionalizadas, uma estrutura familiar que domina uma boa parte do tecido empresarial e que nem sempre funciona num registo de meritocracia e profissionalização das empresas. Não me parece que a generalização do tecido empresarial português se compare bem com aquilo que são as melhores empresas do mundo Ocidental, dos EUA e do mundo Asiático naquilo que interessa copiar. Nem tudo é copiável, no meu ponto de vista. Agora, eu acho que um trabalho destes feito a meio de 2012, por uma associação como a AIP que alimenta muitas discussões interessantes sobre factores estruturantes, mas que sobre os quais há, se calhar, 80 a 90% de consenso na generalidade dos empresários e dos gestores em Portugal, apontando porém para questões de muito longo prazo. A verdade é que aquilo que nós sentimos nas empresas, hoje e, eu estou a falar, até, nas boas empresas, é que, de facto, no longo prazo ou no médio prazo, nós, continuando as coisas como estão, estaremos todos mortos. Portanto, eu não sei se esta análise prosaica dos factores de competitividade a longo prazo, sobre os quais incidiu este trabalho é, de facto, realmente, a urgência da discussão que neste momento devemos fazer, ao nível da competitividade das empresas portuguesas.

Basta ouvir aquilo de que falaram dois ou três interlocutores anteriores e que têm responsabilidades no mercado financeiro, para perceber que está introduzida uma distorção de concorrência brutal, ao nível das empresas, no espaço do Euro, quando o financiamento é tão diferente entre boas empresas, no mesmo espaço, na mesma moeda. Isto é, uma empresa alemã boa, com bons projectos, financia-se na maior das facilidades e com taxas de juro quase negativas. Uma boa empresa portuguesa ou empresa de referência financia-se a uma taxa de juros de 7 ou 8%. Para além, da própria escassez do financiamento. Qualquer pequena ou média empresa com um balanço razoável, alemã ou holandesa, tem acesso a um financiamento rápido, traduzido em uma semana, provavelmente. Uma pequena e uma média empresa, neste momento, em Portugal, pode ter alguma dificuldade de financiamento. Portanto, a minha questão aqui é um bocadinho mais central é, o que é que vai acontecer às 25% boas empresas que o Sr. Professor ali referiu, com este modelo de ajustamento, nomeadamente, com os estrangulamentos que está a provocar e as distorções de concorrência. Recorde-se que o Mercado Único foi criado em nome de um ideal de concorrência, mas quando é a própria existência de uma moeda única que provoca estas distorções de concorrência, eu questiono-me se aquela faixa de 25% de boas empresas, que apesar de tudo e apesar das circunstâncias, ainda conseguiu identificar em Portugal, vão conseguir sobreviver e continuar a ser portuguesas ou sequer empresas. Se este processo de ajustamento continuar a provocar estas distorções de financiamento e taxas de juro, que tornam pura e simplesmente, no médio prazo, não é no longo prazo, impossível a concorrência entre as boas empresas portuguesas, as boas empresas espanholas, as boas empresas italianas e as boas empresas, ou as médias empresas, ou as más empresas da Europa Central.

José Manuel Fernandes

Quero manifestar que esta questão da produtividade, da maneira como o Senhor Prof. Luís Cabral apresentou, leva-nos com a experiência que nós temos no âmbito da internacionalização com actividade de empresas próprias na Alemanha, no Centro da Europa, na Inglaterra, Polónia, etc., Brasil, a reflectir aqui

sobre as questões da produtividade. Eu ponho já uma questão que é bastante pertinente. Neste momento estou a produzir produtos, em Portugal, mando para a minha empresa na Alemanha e leva o "made in German by Portugal" para ir para a Ásia, porque tenho possibilidades de facturar 35% mais do que for a partir de Portugal. De maneira que, andei, andei e descobrimos isso e não sou o primeiro que estou a fazer isso. Quanto à questão da produtividade ou parâmetro da inovação/exportação, não será mais importante a componente internacionalização? As técnicas de internacionalização, mobilizar as nossas empresas para terem, por exemplo, um homem-antena na Roménia, um engenheiro que trabalha 100% como nosso colaborador e defende as cores da empresa de cá e fica-nos extremamente económico. Há modelos de internacionalização que não são debatidos, são desconhecidos cá em Portugal, as empresas julgam que têm de abrir uma empresa lá fora. Não. Há muitos modelos. Isto não vejo ninguém discutir, não vejo ninguém mobilizar as empresas.

A outra questão que eu queria falar, e que aprendi hoje e que fico muito grato, é a reafecção de recursos porque um ponto dos mais importantes é de facto a valorização, a optimização das pessoas certas nos lugares certos. Nós temos de estar preparados de facto para sermos bons gerais para liderar até com fracos exércitos e isso permite-nos obter vitórias, ganhar batalhas. Ao contrário não é possível. Nós necessitamos desta reafecção e desta revalorização dos nossos activos e fazê-lo com coragem. Não é por estar aqui o Luís Mira Amaral presente mas, que me lembre, foi só ele enquanto Ministro que fez um trabalho missionário, percorreu este país, mobilizou os empresários que enchiam cinemas, o que havia na altura, que não havia grandes galpões (como se dizemos no Brasil), grandes estádios, enfim, para reunir os empresários. Mas essas mobilizações são necessárias, nós temos de fazer a viragem enfrentando os problemas por dentro, na realidade. Há outra coisa que muita gente se esquece e vão-me desculpar a minha linguagem empresarial e muito terra-a-terra. É que políticas económicas envolvem uma componente importante, são as políticas empresariais. E as políticas empresariais nascem dentro das empresas, nascem dentro dos sectores, e muitas vezes estes actores são muitas vezes os últimos da fila, em que recebem tudo como algo que já está

feito e nunca são co-responsabilizados na solução. Isto cada vez é mais importante. Há soluções que nós lidamos com elas a nível das nossas empresas no âmbito da internacionalização. Sabemos como é que as coisas resultam e vamos encontrar muitas vezes decisões, de facto, de pessoas que desconhecem completamente. É um drama para nós aquilo que se está a passar e portanto que neste momento já leva o país a cenas caricatas que nos envergonham a nós como portugueses.

Em relação ainda à estrutura das nossas empresas e quanto ao que o Dr. Nicolau Santos referiu, e eu concordo com ele em parte, quero dizer o seguinte: há vinte anos uma empresa com 200 trabalhadores, isto é um exemplo, produzia 100 unidades, o seu outsourcing era à volta de 5. Hoje essa mesma actividade, esse mesmo ciclo económico, faz-se com 20 trabalhadores, comparado com os 200, produz 5 vezes mais, 500 unidades e tem 50 empresas pequenas à sua volta no outsourcing. Este é o modelo da nossa economia que está a acontecer. E o crescimento faz-se na especialização de serviços e no aglomerar de "legos". Foi isto que eu quis transmitir aos nossos jovens à saída das Universidades e estou disponível para discutir o empreendedorismo do século XXI, como ele está a acontecer em todos os países.

As empresas grandes fazem-se por três vias - investimento directo estrangeiro, por agrupamento de capital de risco e de empresários. Ainda há pouco tempo estive a falar com o Comendador Henrique Neto e reunimos mais uns parceiros para tentar concorrer e formar um grande grupo para produzir os motores para a Autoeuropa. Não conseguimos. E nessa altura tínhamos que produzir ao nível de uma grande empresa, indiscutivelmente. Mas isso são modelos que têm particularidade de formação.

Queria referir também que há uma lacuna que temos na nossa economia, no nosso mundo empresarial e só não vê quem não quer, é que os nossos cientistas, as nossas Universidades está tudo a olhar para o umbigo. As instituições tecnológicas que o País montou para me transferirem conhecimento e chegar até à minha empresa para eu ser mais competitivo e ter mais rapidez para agir, essa gente não tem resposta. Eu tenho um projeto no INEGI há um ano. O Presidente do INEGI disse-me há dias: eu não posso formar a equipa de investigação

porque eles estão todos preocupados com "papers" da Universidade e diz que não têm condições e nem estão interessados em vir para aqui. Há aqui qualquer coisa que está mal. Este país precisa de levar uma reviravolta. Vamos pôr as coisas na sua devida ordem. Eu direi isto ao 1º Ministro, direi isto em qualquer lado, em qualquer altura.

O Dr. Pires de Lima disse e muito bem que o modelo do ajustamento presente está a matar também as empresas que estão bem. Esta estrutura económica que pode alavancar a economia, portanto dinamizá-la, em simultâneo com o processo de ajustamento do modelo. Com certeza, mas simplesmente estão a aplicar uma teoria, em nosso entender, de modelo de ajustamento como há trinta anos o que aplicaram aqui com o Prof. Ernâni Lopes. O modelo é o mesmo e portanto estamos neste momento preocupados, porque se isto vira uma realidade sistémica, não tenham dúvidas, não há empresas boas que resistam. Portanto muito cuidado com aquilo que se está a passar. E há que alertar e há que agir. As principais associações, entidades empresariais deste País no associativismo têm que agir com muita força. Estamos a caminhar com riscos muito grandes. Muito cuidado.

Nuno Amado

Primeiro, estou de acordo com aquilo que o Prof. Luís Cabral referiu. Acho que muitos de nós estamos de acordo. Acredito que a reafecção de recursos é essencial e não o fizemos sempre bem pelos incentivos, pela parte política, não o fizemos sempre bem, isso é claro.

Que a mobilidade económica é essencial e eu não estou de acordo que o António Pires de Lima ache que avançámos muito, pois há coisas que não fizemos que são essenciais, na minha opinião, incluindo na lei laboral. Se eu quiser ter uma empresa em que quero reduzir os custos neste ciclo difícil, a opção mais simples é despedir em vez de por exemplo ter um acordo de empresa alargado, legal, para reduzir os salários equivalentes

O terceiro tema é o choque de seleção, com o qual também estou de acordo. Penso que isso é um conceito que nós não temos aprofundado na nossa economia adequadamente, a começar pela banca. Nós temos oportunidade

para fazer choque de selecção e não fizemos. E portanto a começar pela banca penso que temos aí um caminho para andar e penso que os desequilíbrios entre direitos e deveres continuam e nós continuamos com uma economia e com uma sociedade que procura não ter desconforto que eu penso que é mau.

O segundo ponto é o desafio que já foi aqui respondido que é a banca privada e a banca pública. Somos quase todos públicos é o que deu a entender, ou foi a provocação que colocou. E quase não há diferenças, foi o que disse ou não sabe se há diferenças. Há e há grandes. E eu já sofri disso anteriormente no meu antigo banco, porque apesar de ter quase 17 mil milhões de euros de crédito em empresas era criticado por fazer uma afectação de recursos muito conservadora e agora sofro pelo outro lado. E acho que a diferença não é só entre mais político ou menos político, é também ser mais personalizado ou menos personalizado também em banca. Como somos todos muito pequeninos havia uma enorme personalização em determinado tipo de decisões que eu penso também que foi negativa para a economia, na minha perspetiva porque implicou uma alocação de recursos incorreta. Eu tenho um exemplo diferente do Luis Mira Amaral que é muito claro, eu há sete anos estava na área comercial, ia a uma empresa, pedia dados, informação e brincavam comigo, riam-se de mim e diziam veio cá um colega seu há muito pouco tempo que não pediu dado nenhum e deu-me uma linha de crédito "x". É o que eu digo crédito personalidade. Não funciona como se vê, e portanto não funciona para a empresa, nem para o banco nem para a economia, na minha opinião. Mas funcionava assim e não creio que os bancos que estão aqui tivessem essa regra, portanto penso que os bancos (não diria o meu) não tinham essa regra.

Terceiro tema é restrições ao crédito. Na minha opinião obviamente que há restrições ao crédito. É lógico que há e nós estamos num processo de desalavancagem e a desalavancagem é o que é e há restrições ao crédito. Na minha opinião não é um problema de liquidez, mas sim a desalavancagem que nós temos de fazer. Em segundo é o capital porque as exigências de capital hoje em dia são muito maiores do que aquelas que existiam há 3 anos, há 4 ou há 5. Portanto são procíclicas, não são contracíclicas, e portanto eu até entendo que o Eng.º Amaral tem razão em dizer que se calhar as regras anteriores não eram adequadas,

banca
s entre
m uma

ca pri-
ender,
sse ou
mente
ros de
muito
só en-
menos
havia
penso
impli-
nte do
cial, ia
a mim
do ne-
idade.
n para
e não
que os

que há
avan-
opinião
os de
a são
tanto
Eng.º
adas,

eu percebo. Estas são procíclicas e portanto não são boas, ou não me parecem ser boas para o ciclo actual, mais capital para o mesmo crédito e o terceiro é que o ciclo implica ratings muito piores, as empresas têm atualmente obviamente um rating pior e isso dificulta muito o processo de crédito. A segunda razão é que há muito menos procura e a procura que eu tenho mais e que tinha mais, até anteriormente, é procura para financiar o Estado. Dívidas do Estado às empresas - que eram imensas e são imensas. E nós já estamos a financiar o Estado de uma maneira, ao menos cortamos naquilo que podemos cortar. E, portanto, havia e há uma redução significativa da procura, da procura boa o que é lógico para o ciclo. E onde havia uma maior procura e, vou-lhe ser claro, eram consequência de atrasos de Estado, de autarquias, de hospitais, etc., Entendamos que não pode ser mais crédito ao Estado em cima de mais crédito ao Estado. Também não percebo porque é que o QREN ainda não está lançado (reprogramação e um conjunto de coisas), mas há na sala quem saiba muito mais disto e possa falar sobre o assunto.

Mas o quarto tema é o preço. Eu estou de acordo com o que foi dito, o preço actualmente é insustentável. Mas o custo dos depósitos também é insustentável, vamos pôr as coisas assim, porque há os dois lados do balanço. E, não há o conceito de Euribor. Havia uma Euribor na perspectiva de que há um mercado Europeu a funcionar no sistema financeiro. Não há. Portanto, nós temos tudo indexado em Euribor e a Euribor não existe. Porque não há um mercado financeiro único já que o risco soberano afecta os diversos mercados. Portanto, há aqui um conjunto de consequências deste facto que eu espero que se ultrapassem, porque, de facto, esta situação não é, na minha opinião, sustentável, a médio, longo prazo. Aguentam-se uns trimestres, não se aguentam muitos anos e estamos na situação de um mercado muito imperfeito e, como eu digo, começa pela referência actual. Não é uma boa referência. Não é uma boa referência para o mercado que existe.

O próximo tema tem a ver com as empresas, com a dimensão e com a falta de informação. As empresas são pequenas pelas razões que já foram explicadas anteriormente e por muitas outras. Mas são pequenas. Mesmo as médias não têm informação ou não dão informação transparente. Não têm informação clara. Eu vou-lhe dar um exemplo, uma grande parte dos problemas que nós

temos de crédito, neste momento, não é só da escassez do crédito, é porque nós não podemos renovar linhas de crédito. Porque é que não podemos renovar linhas de crédito? Porque as empresas não nos dão os resultados de 2011. Porque é que não nos dão? Porque eles não são bons, mas não nos dão. Portanto, é difícil renovar linhas de crédito quando não temos informação e quando ela não é transparente. Estou a ser transparente neste cenário. E, portanto, acho que aqui há um trabalho a fazer de ambas as partes.

Mas há uma componente, a segunda, que é a dimensão. Quando leio nos jornais pessoas a defender que a Banca tenha um papel activo na fusão de empresas, é um erro enorme na minha perspectiva. Devem ser as empresas, os sectores empresariais a tratar desse assunto, não deve ser a Banca, porque financiou, a tratar desse assunto. Os empresários não se entendem, vamos nós a obrigá-los a entenderem, através dos fundos ou através de processos directos. Não parece ser razoável. Estou a ser muito claro. Portanto, dimensão, reestruturação e subcapitalização. Se virmos um balanço das empresas portuguesas, elas estão, por regra, muito subcapitalizadas. Nós, bancos, temos responsabilidade nisso. Porque, no passado, financiámos, em excesso, as empresas. Mas, objectivamente, há processo de subcapitalização que, depois, tem diversos efeitos. Não investem em inovação, nem em tecnologia, porque não podem. Não têm capital como é que vão, não é só dívida, não têm capital como é que o podem fazer? Como é que podem investir em novas tecnologias? Muito mais, nos últimos anos, porque há um problema de subcapitalização. Portanto, estou de acordo com o Fernando Ulrich, aliás disse-o, logo no início que, acho que é um erro algumas condições deste processo de recapitalização, não vou discutir quais, não é aqui para este fórum, tem aqui um ou dois aspectos que estão errados. Mas eu acho que ainda bem que há os trinta milhões de euros para capital de risco que espero investi-los bem, o mais rápido possível e o melhor possível. Agora, não são suficientes, os 150 M€ do BPI e os meus 150, em cinco anos. Há um problema nas empresas, que os senhores terão de ver melhor como é que se pode resolver, que é de integração, de fusão, de capitalização. E, portanto, isso reflecte-se na incapacidade de investir e na incapacidade de ter um nível de competitividade e de produtividade que outros sectores e outras economias têm.

Ferreira Machado

Quando se fica para o fim, é natural que se comente tanto o orador como as pessoas que me precederam, nas diferentes intervenções. Mas vou ser breve. Eu percebo a urgência que as empresas sentem com a situação de curto prazo, mas é muito importante distinguir a situação de longo prazo da questão conjuntural. Ao fim ao cabo, estes problemas já existiam há 10 anos, quando os spreads eram zero. Portanto, há os problemas da economia portuguesa e há os problemas da economia que foram agravados pelo credit crunch que vivemos, que só se resolve quando houver uma separação entres os riscos soberanos e riscos bancários. Mas não é uma discussão que nós, como país, possamos fazer muito. Mas esses problemas existem e é importante focarmos neles, não obstante as dificuldades conjunturais e não obstante não colocarem pão na mesa hoje ou amanhã.

Segundo ponto, eu sou muito céptico da adopção de modelos industriais que foram seguidos noutros países, o modelo alemão, no passado era o modelo japonês, o modelo não sei de quê, irlandês... Porque tipicamente, nós analisamos as coisas de fora e não temos informação suficiente, esquecemos os contextos em que esses modelos surgem e tendemos a transplantar coisas que não são transplantáveis. Se há uma coisa que acho que é importante na mensagem que o Luís Cabral procurou transmitir, é que temos de criar condições para que os ajustamentos certos ocorram endogenamente, por forma natural e isso é um "level playing field". Eu acho que isso é a mensagem essencial.

E, nesse sentido, também, tenho de dizer que houve uma oportunidade que foi perdida. As reformas estruturais do acordo com a Troika eram um bom passo nesse sentido, tiveram uma aplicação tibia e pífia e, portanto, nós não aproveitámos esta oportunidade para quando o credit crunch desaparecer, para quando houver expansão da procura podermos crescer, resolvendo aqueles problemas que, de facto, nos afligem há muitos anos.

Quarto ponto e penúltimo, este modelo darwinista, deve ser, ele próprio, aplicado à intervenção do Estado na economia. E eu penso que era isso que o Luís aludia na sua intervenção, tendemos a olhar para as coisas como um sistema: o sistema educativo, o sistema universitário e isso é um perfeito disparate.

Nós devemos permitir concorrência de modelos, devemos permitir concorrência de sistemas, escolas com currícula próprios, escolas com modelos pedagógicos próprios. Porque o custo de fazer a política de outra maneira é um custo imenso, é o custo de falhar e quando se falha, é todo o sistema que falha. Portanto, eu acho que, é uma luta antiga que eu tenho, que é a situação darwinista deve ser, ela própria, aplicada à intervenção do Estado. Finalmente, o último ponto foi o Sr. Prof. Veiga Simão que falou, é um ponto que me é muito caro, a destruição da inteligência do Estado é um óbice ao desenvolvimento. A situação de nós termos a produção legislativa outsourced aos escritórios de advogados é um crime monumental, está na origem de todos os "unlevels playing fields" que nós encontramos e é a expressão mais eloquente da destruição da inteligência do Estado. Eu não acredito que se possa resolver os problemas de Portugal, quer seja numa óptica industrial, numa óptica nacional, sem voltar a fortalecer a inteligência entre o Estado, que claro, o modo como as reformas foram feitas, também o ajustamento, também não ajuda nesse sentido, mas seja porque processo for penso que é fundamental.

Castro Guerra

Pareceu-me entender da intervenção do Prof. Luis Cabral que a composição sectorial dos sistemas produtivos não é relevante para a produtividade. Mais relevantes são as diferenças dentro de cada sector, no fundo, a dispersão quanto às produtividades que há entre empresas eficientes e empresas não eficientes. Eu não comungo totalmente desse ponto de vista e nem sei se, empiricamente, isso é incontroverso.

Tenho para mim que a composição sectorial dos sistemas produtivos é relevante para a explicação global da produtividade. E, no caso português, penso que a nossa baixa produtividade tem um pouco a ver com isso. Aliás, nos dados que nos são disponibilizados pelo Prof. Vasconcelos e Sá, há um gráfico que traduz a posição de Portugal em relação à Europa nos diversos sectores que pontuam na composição do sistema produtivo. Estes dados não confirmam inequivocamente as afirmações do Prof. Luis Cabral, mas eu não quero polemizar sobre isso.

Antes quero falar de outra questão, que considero muito relevante. A partir dos inquéritos ao potencial científico e tecnológico do país pode ser confirmada a evolução positiva das despesas de I&D. Deu-se um grande salto a partir de 2005, 2007. Nesta altura, a despesa era de um bilião de euros e passou no ano seguinte para bastante mais e, em 2010, já estávamos na casa dos 2,7 biliões. Não é de mais acentuar, aqui, o grande salto das despesas de I&D da parte das empresas, que ultrapassaram o valor agregado do Estado e das Universidades. Estamos agora num patamar que está com sintomas de que se vai evoluir no sentido decrescente. Ou seja, a minha visão é que nos próximos anos este nível vai cair, vai cair nas empresas, vai cair no Estado. Aliás, bastante, como tudo parece indicar.

Temos a consciência de que nesta matéria estávamos no bom caminho. Estávamos a consolidar mecanismos relacionais entre Universidades e Empresas mas sobretudo de endogeneização desses mecanismos dentro das empresas. Queria chamar a atenção para o impacto que esta crise poderá ter no financiamento dos subsistemas de inovação nas empresas e na envolvente institucional do próprio sistema nacional de inovação. É uma questão que merece atenção.

Tenho conhecimento de um reputado Laboratório que já evidencia sintomas de paralisia: um projeto que não se faz por isto, outro projeto que não se faz por aquilo, criando um sentimento de desconstrução. Este laboratório tem cerca de 200 doutorados com as melhores relações internacionais e estava a trabalhar bem. É um exemplo a ter presente, a que se juntam muitos outros.

Apesar desta evolução, a função de produção de inovação, digamos assim, a combinação entre inputs - humanos e técnicos- e outputs/ resultados, colocam-nos numa posição menos positiva. Portugal tem uma pontuação de 4,5 em 10 - valores de 2010 - em relação a um conjunto de 52 países no que respeita às condições - estamos a falar de envolvente -, de 3,61, no que respeita a recursos, 3,18 no que respeita a processo e apenas 3,02 no que respeita a resultado. Isto significa que é preciso analisar esta função de produção. É matéria que vale a pena aprofundar com preocupações de aumento da eficiência na afetação de recursos e na forma como eles são trabalhados para conduzir a resultados. Nós comparamos mal na passagem de recursos para resultados.

Temos claramente que nos preocupar com isto, afetando melhor os recursos, na conceção de programas, na forma como se contratualiza com as Universidades, etc, etc.

Foi aqui tratado de um assunto que me é muito caro e já não é a primeira vez que a ele me refiro em reuniões como esta. Todos nós partilhamos da ideia que o Estado precisa de emagrecer e ser mais eficiente, mas não vejo quem esteja a preocupar-se com a reengenharia do Estado? Que Estado é que teremos de ter no final desta crise? Quem mediará, no futuro, a relação de forças entre os mercados globais e o Estado Nação? Serão os indivíduos? Serão as organizações privadas? Serão os lobbys? Eu temo que se não pusermos na agenda o problema da reengenharia do Estado teremos, num futuro próximo, um país completamente desarmado. Esta é uma questão central para o nosso futuro. O Estado tem os vícios, mas também tem algumas virtudes. Hoje só se fala de vícios e desvaloriza-se completamente as virtudes. Eu temo que venhamos a pagar, a prazo, um alto preço por esta visão unilateral sobre o Estado.

Vítor Neto

Como empresário e dirigente empresarial numa região muito especial, que é o caso do Algarve, uma região produtora de serviços transacionáveis com a importância do Turismo. Queria dizer que estou de acordo com muitas das coisas que aqui foram ditas. Foi uma discussão muito estimulante, mas queria transmitir esta ideia: existem no nosso país muitas boas pequenas e médias empresas e que essas pequenas e médias empresas são o resultado desta selecção violenta. Eu não gostaria de utilizar a palavra "darwinismo" porque isso pode dar ideia de massacre e não é essa a selecção que nós queremos. Nós queremos uma selecção que seja o resultado da sobrevivência das empresas com mais capacidade, com a sua área de intervenção, com a sua capacidade de gestão, com a sua capacidade de se renovar, mas que hoje se confrontam com dificuldades. E nós quando falamos de empresas em Portugal, muitas vezes nos jornais vemos só referência às empresas exportadoras que são 20.000, depois há mais 350.000, depois há mais 700 mil, mas as empresas importantes

não são só aquelas que exportam, são também as que para além de produzirem para o mercado interno produzem também bens e serviços para as que exportam. E poderão ser potenciais empresas exportadoras. É disto que muitas vezes nos esquecemos. E é isto que faz a rede dos clientes do BCP, do BPI e é isto que anima a nossa economia. Não devemos cair nesta psicose do darwinismo e da destruição de empresas porque isso do ponto de vista psicológico coloca as empresas numa situação completamente derrotista e que é terrível para a nossa economia. Devemos animá-las. Agora, estas empresas encontram-se hoje enfraquecidas estruturalmente e financeiramente. As causas já foram aqui todas ditas.

Existe outro problema que não foi aqui focado e que pode ser numa próxima discussão. Qual é a perspectiva para Portugal? Qual é o modelo económico para o nosso País? O que é que vai ser a União Europeia? Vai reforçar-se? Vai continuar à deriva como está hoje? Ou vai cair? E em qualquer um destes casos como é que nós nos estamos a preparar para essas diferentes possibilidades? Eu tenho uma resposta para isso e tenho uma opinião. Acho que nos devemos preparar para as três hipóteses porque senão corremos o risco de sucumbir, de desaparecer. Portanto, eu penso que nós temos aqui um conjunto de desafios, mas que há massa crítica em todo o tecido empresarial português e há potencial para nós podermos fazer muitas coisas com estes contributos que estão aqui. Eu penso que a AIP, e faço este desafio ao meu Presidente, deve animar essa discussão no sentido de convergirmos numa ideia estratégica e num conjunto de objectivos e prioridades em que possamos ser interlocutores junto do Estado do qual muitas vezes não sabemos qual é a política.

Luis Cabral

Voltando à questão do crédito agradeço os esclarecimentos sobre a questão da diferenciação da banca privada e aceito a correcção de alguém que não está bem informado e que está a muita distância física e apenas ouve informações de forma indirecta. No entanto, mesmo que não haja racionamento pela quantidade, há sempre racionamento pelo preço, até talvez mais para empresas grandes. É uma peça muito importante da crise actual.

Há que perguntar: porquê? Aqui discordo um pouco com o António Pires de Lima. Isto tudo é por causa da moeda única? Mais uma vez, acho que não existe uma crise do Euro como tal. Existem várias crises, nomeadamente crises de governação das instituições europeias. Dizer que isto é por causa do Euro, é como dizer que eu fiquei gordo porque existe o MacDonald's! Dizer que o MacDonald's é que é culpado... Não é bem assim. E sair do Euro também não é solução, não vai solucionar a questão do custo do crédito, por exemplo. Estou convencido – sem querer assumir uma posição anti-Estado radical – que é principalmente um fenómeno de “crowding out”, que tem a ver com o nível de despesa pública. Se nós saíssemos do Euro as empresas teriam o crédito mais barato? Claramente que não! Portanto não tem a ver com o Euro.

Concordo com a questão da reengenharia do Estado e que isso é um problema. Mas, sem querer ser apelidado de neo-liberal radical, estou convencido que o Estado é um elemento importante não só como factor de crescimento mas também como factor de falta de crescimento e o “crowding out” no crédito continua a ser importante – e parte da solução começa por aí.

Muito obrigado.

ENCONTROS DA JUNQUEIRA



174 175 176
ANOS